

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

CRISTIANE BORBA PESSANHA

CAMPOS E MACAÉ NA ERA DO PETRÓLEO:
EVOLUÇÃO DE INDICADORES NA QUALIDADE DE VIDA

Campos dos Goytacazes - RJ
2013

CRISTIANE BORBA PESSANHA

CAMPOS E MACAÉ NA ERA DO PETRÓLEO:
EVOLUÇÃO DE INDICADORES NA QUALIDADE DE VIDA

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Planejamento
Regional e Gestão de Cidades da
Universidade Cândido Mendes
Campos/RJ, para obtenção do GRAU DE
MESTRE EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Orientador: Dr. José Luis Vianna da Cruz

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Pessanha, Cristiane Borba.

Campos e Macaé na era do petróleo: evolução de indicadores na qualidade de vida / Cristiane Borba Pessanha, 2013.

71 f. : il.

Orientador: José Luiz Vianna da Cruz

Dissertação (Mestrado) – Universidade Candido Mendes – UCAM.

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

1. Qualidade de vida – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Qualidade de vida – Macaé (RJ). 3. Indicadores sociais – Campos dos Goytacazes (RJ) 4. Indicadores sociais – Macaé (RJ). I. Vianna da Cruz, José Luiz, orient. II.

Universidade

Candido Mendes. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. III. Título.

CRISTIANE BORBA PESSANHA

CAMPOS E MACAÉ NA ERA DO PETRÓLEO:
EVOLUÇÃO DE INDICADORES NA QUALIDADE DE VIDA

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Planejamento
Regional e Gestão de Cidades da
Universidade Cândido Mendes –
Campos/RJ, para obtenção do GRAU
DE MESTRE EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Luis Vianna da Cruz, D.Sc. - Orientador
Universidade Cândido Mendes

Prof^a. Denise Cunha Tavares Terra, D.Sc
Universidade Cândido Mendes
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Prof. Mauro Macedo Campos, D.Sc
Universidade Estadual do Norte Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2013

“Não há alternativa para a fundação de um mundo pacífico e justo além do desenvolvimento econômico e social”.
(Secretário Geral da ONU, Banki-Moon)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é preciso. E na forma do mais genuíno sentimento humano, segundo a sabedoria oriental agradeço a Deus, minha inesgotável fonte de inspiração e luta.

Por oportuno, refiro-me de forma fraterna às pessoas que fazem parte de minha jornada e outras tantas solidárias. Minha gratidão aos meus familiares, amigos e parceiros respectivamente: Corina de Mattos (minha mãe), Maria Helena e André Luiz, Joana Batista, Lalita Jardim, Cheilla Lessa, Francisco Gomes, Maria Laine e Bárbara Freitas, por todo apoio prestado para a consecução desse trabalho.

Aos colegas de turma, pelas jornadas ampliadas e adicionais para os estudos e encontros informais pelo jardim da Universidade que serviram para os enfrentamentos das dificuldades e de motivação para prosseguir.

Em reverência a Dr^a Rosélia Piquet pela elegância e competência, refiro-me a todo corpo docente do mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes, destacando todo conteúdo interdisciplinar e articulado do curso e o ambiente institucional propício a construção do conhecimento.

À Dr^a Elzira Lúcia pelas primeiras orientações, referenciais bibliográficos, e literaturas indicadas. Com agradecimentos extensivos a Dr^a Denise Terra pela simpatia, competência e orientações na ocasião do procedimento do exame de qualificação da dissertação, que foram imprescindíveis para o recorte do objeto desse estudo.

Por fim, ao mestre com carinho, professor Dr^o José Luis Viana da Cruz, presente em minha vida acadêmica desde a graduação, por suas palavras de incentivo que me recarregaram o querer e me moveram para essa construção. E nessa oportunidade registro além da gratidão a minha admiração à pessoa e ao intelectual, que sempre disponibiliza seu conhecimento de forma tão generoso

RESUMO

Qualidade de vida é uma questão presente nos debates sobre desenvolvimento nos mais variados lugares do mundo e que sendo conceituada de forma multidimensional, se associa ao bem-estar e à satisfação das necessidades dos indivíduos e da coletividade. Esta dissertação propõe um estudo da qualidade de vida antes e depois do início da exploração e produção do petróleo em Macaé e Campos dos Goytacazes, municípios maiores recebedores dos royalties do petróleo e gás na região Norte-Fluminense. Utilizou-se indicadores selecionados, tendo em vista a elaboração de um quadro abrangente a respeito dos diferentes aspectos socioeconômicos dos dois municípios. A metodologia aplicada prevê a utilização de dados secundários, como os disponíveis no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro- TCE; no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; da Universidade Cândido Mendes no boletim Inforoyalties; no Instituto Trata Brasil; no Mapa da Violência, da UNESCO; no Ministério das Cidades; nos Municípios, dentre outros que se fizeram necessários. Busca-se, com isso, apresentar dados que possibilitem avaliar os resultados das políticas públicas para a qualidade de vida nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, em observância as variáveis sociais e econômicas.

Palavras chaves: Indicadores sociais, Indicadores de qualidade de vida e Qualidade de vida.

ABSTRACT

Quality of life is an issue present in debates about development in various parts of the world and being conceptualized in a multidimensional way, is associated with well-being and satisfaction of the needs of individuals and the community. This paper proposes a study of quality of life before and after oil in Macaé and Campos dos Goytacazes, municipalities recipients of royalties from oil and gas in the North Fluminense. From the use of selected indicators, with a view to developing a comprehensive picture about the different socioeconomic aspects of the two municipalities. The methodology includes the use of secondary data, as available in the Court of the State of Rio de Janeiro-HT, the Ministry of Planning, Budget and Management, through the Population Census of the Brazilian Institute of Geography and Study-IBGE, the Cândido Mendes University in inform royalties newsletter; Institute in Brazil This, in Violence Map, UNESCO, the Ministry of Cities, the municipalities, among others that were necessary. The aim is, therefore, to present data that will assess the evolution of public policies for the quality of life in the municipalities of Macaé and Campos dos Goytacazes, observing the social and economic variables.

Keywords: social indicators, indicators of quality of life and quality of life

.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Estabelecimentos por porte e setor	37
Tabela 2 -	Estabelecimentos por porte e setor	39
Tabela 3 -	Evolução da população rural e urbana residentes em Macaé ...	41
Tabela 4 -	Evolução da população rural e urbana residentes em Campos de Goytacazes	44
Tabela 5 -	Número de empregos formais	47
Tabela 6 -	Índice de Desenvolvimento Humano/Município	48
Tabela 7 -	Indicadores utilizados no IDHM – educação	49
Tabela 8 -	Indicadores de longevidade e mortalidade	50
Tabela 9 -	PIB Per capta	51
Tabela 10 -	População, homicídios e taxas de homicídio (em 100 mil habitantes)	51
Tabela 11 -	Índice de Theil	52
Tabela 12 -	Abastecimento de água	53
Tabela 13 -	Coleta de lixo	53
Tabela 14 -	Esgotamento sanitário	54
Tabela 15 -	Valores orçamentários	54

FIGURAS

Figura – 1	Tabela de valores referentes à arrecadação de royalties do município de Campos dos Goytacazes	34
Figura – 2	Gráfico referentes à arrecadação de royalties do Município de Campos dos Goytacazes	34
Figura – 3	Tabela de valores referentes à arrecadação de royalties do Município de Macaé	35
Figura – 4	Gráfico referentes à arrecadação de royalties do município de Macaé	35
Figura – 5	Mapa do Município de Macaé	36
Figura – 6	Mapa do Município de Campos dos Goytacazes	40
Figura – 7	Royalties + participações especiais Anuais sobre Receita Orçamentária 2008/10	42
Figura – 8	Royalties + participações especiais Anuais sobre Receita Tributária 2008/10	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	QUALIDADE DE VIDA	15
2.1	Indicador e qualidade de vida	21
3	METODOLOGIA	26
3.1	Procedimentos metodológicos	26
4	O NORTE FLUMINENSE E PERFIL DOS MUNICÍPIOS DESTAQUE NO RECEBIMENTO DE ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS	27
4.1	Royalties do Petróleo e Gás	32
4.2	Macaé-RJ	36
4.3	Campos dos Goytacazes-RJ	32
4.4	Influência dos royalties nos indicadores sócio econômicos do Município de Macaé e Campos dos Goytacazes nos anos de 1980 – 2010	45
5	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
	APENDICE I	66
	APENDICE II	68

1 INTRODUÇÃO

A temática qualidade de vida está em tela na contemporaneidade, não apenas como abordagem conceitual, mas também em termos práticos. Tem se tornado uma preocupação de organizações diversas, em decorrência do acelerado crescimento das cidades nas últimas décadas e no agravamento das disparidades nas ofertas de bens e serviços à população no caso brasileiro.

A preocupação maior dessas organizações se constitui numa agenda para qualidade de vida sob os pilares de sustentabilidade, com base no compromisso político com a justiça intergeracional, de uma ordem econômica globalizada. O crescimento econômico, elemento determinante da vida social, deve estar associado à qualidade de vida; logo, o consenso mundial para que seus efeitos sejam menos predadores (ALVES, 1992).

Em termos conceituais, a qualidade de vida também pode ser compreendida além do plano material, no campo imaterial, pela participação e inserção social, exercício da liberdade e até pela solidariedade. O conceito é multidimensional e interdisciplinar que contempla as peculiaridades culturais, sociais e locais dos indivíduos, comunidades e regiões, além das estritamente econômicas. Pressupõe assim os atributos que uma sociedade concebe enquanto condição para uma vida confortável (MAGALHÃES, 1998).

A história do crescimento econômico no Brasil estabelece mudanças na configuração do território e velocidade desarmônica entre os lugares, como destaca Torres, (2007), o que pode colocar populações inteiras à margem dos processos de crescimento das cidades e regiões. Logo, é necessário que governos e sociedade, saibam propor e tomar as medidas necessárias para que as riquezas locais representem qualidade de vida para suas populações.

As particularidades dos municípios Macaé e Campos dos Goytacazes justificam-se pelas potencialidades da utilização dos recursos provenientes dos royalties do petróleo e gás natural destinados aos dois Municípios na forma de provimento de direitos, para ser investido nas áreas de saúde, educação e infraestrutura urbana, contribuindo para a justiça social e potencializando o desenvolvimento das cidades beneficiárias e de toda a região, traduzido nos empregos gerados, renda, taxa de escolaridade, saneamento básico e tudo que represente qualidade de vida para as populações, propostas nesta análise, e

defendida por Sen (2010) quando destaca ser necessário, que a riqueza gerada por atividades econômicas represente boas condições de vida e trabalho para a população.

Baseada nessas lógicas a presente dissertação busca identificar, através de alguns indicadores e índices selecionados, evidências que permitam apontar caminhos para a compreensão das mudanças no perfil demográfico, socioeconômico e urbano, em curso nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, no Estado do Rio de Janeiro e seus prováveis impactos na qualidade de vida.

Além das particularidades ligadas à economia petrolífera, traduzidas nos indicadores de arrecadação das rendas petrolíferas- royalties e participações especiais, foram selecionados indicadores das dinâmicas populacional, da composição do Produto Interno Bruto - PIB e do emprego; da infraestrutura de serviços urbanos coletivos – água, lixo e esgoto, do comportamento das taxas de homicídio, uma vez que a questão da violência é um componente importante da qualidade de vida e um dos graves problemas do crescimento urbano no Brasil; e dos indicadores de renda per capita, longevidade e educação. Esses três últimos compõe o IDHM-M. Embora não se tenha utilizado nenhum índice explícito de qualidade de vida, recorreu-se a esse pela sua aceitação, bem como *ao índice de Theil* (uma medida estatística da distribuição de renda), considerada essencial para se analisar a qualidade de vida. E finalmente, ampliou-se o propósito das variáveis sobre educação, também devido à importância dos seus impactos sobre a qualidade de vida.

Não será utilizado nenhum índice de qualidade de vida *stricto sensu* como referencial. Nem se pretende reunir indicadores que possam vir a compor um índice.

Contemplando peculiaridades do caso estudado buscou-se indicadores que possam compor uma visão panorâmica das mudanças em curso, como um ponto de partida para uma análise mais complexa, a ser desenvolvida em estudos posteriores.

Os dois municípios selecionados destacam-se pela sua localização privilegiada na Bacia Petrolífera de Campos, responsável por mais de 85% da produção brasileira. Constituem os dois pólos microrregionais da mesorregião Norte Fluminense.

Campos é o pólo regional tradicional, dadas as suas dimensões territoriais, populacionais e econômicas. Foi o pólo econômico histórico até a implantação das atividades de E&P- Exploração e Produção de Petróleo, na região. Foi sede da economia açucareira regional, até o terceiro quarto do século XX, quando esta declinou, e teve projeção relevante na economia nacional até meados do século passado. Apesar de não ter sediado as instalações físicas do complexo regional de petróleo e gás, sua estrutura urbana e econômica o manteve em posição destacada.

Macaé fazia parte da região açucareira de Campos, contando também com relevante atividade de pecuária leiteira, mas ao sediar as instalações do complexo de E&P de petróleo e gás da bacia de Campos, passou a se destacar como núcleo urbano e econômico regional, estadual e nacional.

Macaé se beneficiou inicialmente portanto, das instalações e equipamentos das empresas ligadas à exploração e produção de petróleo e gás, tanto as envolvidas diretamente como a Petrobrás quanto indiretamente, como as prestadoras de serviço.

Campos se beneficiou, inicialmente, da condição de centro regional no comércio, nos serviços em geral e na infraestrutura urbana, mas principalmente, com significativo impulso na rede educacional de ensino médio técnico e profissionalizante, bem como de ensino superior permitindo assim uma política pública voltada para qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, Macaé e Campos, pela condição fronteiriça e pelos fatores acima descritos, são os municípios mais destacados da economia regional do Norte Fluminense.

Além dos impactos imediatos nas atividades econômicas dos dois municípios a economia regional do petróleo trouxe impactos altamente significativos nas finanças municipais através das rendas petrolíferas. Quanto ao pagamento aos municípios, a partir da Lei 7.453 de 27 de Dezembro de 1985, foi destinado 1,5% aos municípios confrontantes e áreas geoeconômicas, como também 1,5% aos Estados confrontantes, ficando 1% ao Ministério da Marinha e 1% ao Fundo Especial, Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e Fundo desenvolvimento da Educação – FDE.

Inicialmente nos anos 80 o impacto financeiro nos municípios foi pouco relevante, quando a legislação só previa o pagamento de compensações às explorações em terra. O Decreto Lei 523, de 08 de abril de 1969 determinou que da extração de óleo ou gás da plataforma continental, 5% da produção offshore, ficam

destinados em partes iguais, 2,5% ao departamento de produção mineral e 2,5% ao Ministério da Educação. Já o Decreto Lei 1288, de 01 de novembro de 1973, estabelecia 5% da produção offshore ao Conselho Nacional de Petróleo.

Os royalties tiveram um aumento altamente volumoso com as mudanças implementadas pela Lei do Petróleo de 1997, acrescidas das participações especiais decorrentes de um percentual da rentabilidade dos poços mais produtivos (SERRA, 2012).

Dadas as relevâncias da exploração e produção de petróleo e gás e das rendas petrolíferas, Campos e Macaé tornam-se importantes casos para o estudo dos impactos de recursos econômicos e financeiros de grande monta *sobre* indicadores de relevância socioeconômica para a qualidade de vida.

Na segunda metade da década de 70, quando da instalação da indústria petrolífera no município de Macaé as estruturas políticas, administrativas e jurídicas, ainda se desenhavam, no sentido da consolidação das forças necessárias aos enfrentamentos das perdas e danos impostos pela nova indústria em sua totalidade para a cidade, e para a qualidade de vida da população. O longo tempo de receitas orçamentárias avolumadas dotou os cofres públicos municipais dos dois municípios de oportunidades para gerar auto sustentabilidade segundo Serra, (2007). Contudo, para onde apontam os indicadores que podem aferir o bom ou mau aproveitamento dessas receitas?

Na centralidade desse estudo constará a exposição do comportamento das políticas públicas em cada município, considerando os vastos recursos orçamentários disponíveis, por meio de dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia-IBGE, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Ministério das Cidades e outras fontes, destacando a importância da descrição e apresentação dos dados levantados, de modo que seja possível observar o papel que desempenham para o crescimento sustentável local e no contexto da economia regional, que possam expressar a garantia da cidadania e da qualidade de vida para suas populações.

A posição de destaque que ocupam na indústria petrolífera justifica a escolha dos dois municípios para este estudo. Trata-se dos municípios considerados mais importantes da região, sendo Campos dos Goytacazes o município que se constitui no maior, mais populoso, o que recebe maior volume de rendas petrolíferas, o tradicional pólo regional e sede de microrregião. E Macaé, por estar em segunda

posição em população, sede da base operacional do complexo de exploração e produção de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, sede da maior parte das empresas do complexo, e sede da outra microrregião do Norte Fluminense.

São os municípios que tem maior potencial de crescimento com a expansão do Complexo de exploração e produção no pré-sal e com os investimentos dos complexos de Barra do Furado e do Porto do Açu, pois possuem área, recursos e infraestrutura para tal, embora São João da Barra (Açu) e Quissamã também venham a ser beneficiados.

A propósito, esses dois municípios e mais Carapebus completam o conjunto dos cinco municípios regionais contemplados com as mais elevadas rendas petrolíferas. No entanto, o fato de São João de Barra ter sido contemplado com o recebimento dos royalties, que inicialmente se deu pela condição de município limítrofe aos campos produtores de petróleo e só tornando-se definitivamente produtor mais recentemente, a partir do ano de 2000, impede que se possa incluí-lo nessa dissertação, pois os outros dois municípios foram criados desde a década de 90, e tão logo se beneficiaram consideravelmente com o rápido crescimento da produção de petróleo e gás, associado a regra de rateio das rendas petrolíferas, que a mais tempo elevaram suas receitas orçamentárias.

É importante assinalar que este não é um estudo comparativo dos dois municípios, uma vez que fatores históricos e estruturais não o permitem. Objetiva-se observar a trajetória dos dois municípios mais importantes da região durante o período em que adquiriram centralidade na economia petrolífera regional.

Mesmo sem um aprofundamento maior na análise, acredita-se que os dados apresentados possam servir como contribuição para futuras pesquisas, acerca da utilização das rendas petrolíferas em benefício da qualidade de vida da população.

2 QUALIDADE DE VIDA

Estudos apontam que nos últimos anos algumas cidades dos países em desenvolvimento, cresceram vertiginosamente e de forma descontrolada, permeando a realidade com grande carga de problemas que se relacionam com a qualidade de vida. É grande o descompasso da relação, expansão populacional permanente, necessidades crescentes da população e a disponibilidade de recursos para atender a estas necessidades. Esta realidade pode ser encontrada nos países desenvolvidos e nos países periféricos ou do terceiro mundo. A problemática das cidades se avolumam, uma vez que as necessidades e os interesses da sociedade por ganho em qualidade de vida não são percebidas ocupando a centralidade das preocupações nas instâncias das decisões políticas, sociais e econômicas. Lugar ocupado pelas ambiciosas primazias econômicas, que se utilizam da própria população que marginalizada, é uma peça em meio aos interesses do poderio econômico (SOUZA, 1984).

Assim, observa-se, que a velocidade dos mecanismos de desenvolvimento tem levado algumas cidades brasileiras a crescerem desprovidas dos serviços essenciais à qualidade de vida de seus cidadãos, como infraestrutura básica e demais pré-requisitos correspondentes a qualidade de vida nos setores de saúde, educação, habitação, emprego e outros. Como resultante disto, desvinculado do porte das cidades, observa-se o surgimento de determinados problemas como a falta de saneamento básico, ofertas de salas de aulas inferiores a demanda da população, deficiência no serviço de coleta do lixo, e outros identificados como indicadores da má qualidade de vida para grande parcela da população.

Na análise da questão da qualidade de vida, independente de quais sejam as cidades as quais ela se refira, há uma unidade entre seus pensadores, como (ALVES, 1992) em torno dos múltiplos desdobramentos e do grau de complexidade imputado ao tema.

O conceito é considerado abrangente, e traz em um plano geral a preocupação com os direitos sociais e com a equidade na distribuição dos bens de uma sociedade. Esses aspectos, que repercutem sobre a qualidade de vida das pessoas, tem se constituído numa questão, com enfoque recorrente nos diversos estudos acadêmicos, em painéis, seminários e debates sobre estudos urbanos. Uma preocupação justificada, pelo reconhecimento da elevação das carências e dos

problemas no curso do desenvolvimento das cidades (SEN, 2010). Tais problemas se apresentam como indicadores de má qualidade de vida para grande parcela da população. E são identificados pela ausência dos serviços essenciais como falta de infraestrutura básica em habitação, educação, saúde, emprego e renda, que permitem uma análise da qualidade de vida prevalente.

Essa perspectiva de análise da qualidade de vida foi associada ao princípio da liberdade, por Sen (2010). Uma liberdade substantiva compreendida pela forma integrada da participação política ou social, com a oportunidade de acesso a assistência médica e garantia do direito à educação básica. Essa relação expansiva de liberdade e direitos se constituem numa visão, que conduz ao desenvolvimento.

Para Sen (2010), o desenvolvimento restrito ao seu aspecto de transações econômicas, tem sido reconhecido em graus de importância como força gerada pelo crescimento econômico. Mas é importante, para além do valor do mercado, considerar a funcionalidade de outras liberdades, econômicas, sociais e políticas, que engrandecem e beneficiam a vida das pessoas, gerando qualidade de vida.

Esta concepção do autor baseada na liberdade enquanto democratização dos acessos, apresenta em linhas gerais a perspectiva analítica (subsídios teóricos) da qualidade de vida, à medida que o autor reúne para embasar a discussão, as condições necessárias a sobrevivência da coletividade, com um padrão de vida digno. Assinalando o modo como as pessoas vivem, as escolhas que fazem, estabelecendo uma análise para além dos recursos financeiros e rendas disponíveis.

Trazer para a discussão do desenvolvimento, o enfoque na liberdade substantiva enquanto qualidade de vida, ao invés de tratar com destaque somente a riqueza e a renda, é romper de certa maneira, segundo o autor, com a forma “tradicional estabelecida na economia”. Porém, esclarece, que os valores analíticos da qualidade de vida, em sua amplitude, estão conectados as linhas de análise que tradicionalmente fizeram parte do campo econômico. São exemplos, utilizados por Sen, as conexões com a análise de “Adam Smith sobre as necessidades e as condições de vida”, como também, “o emprego por Aristóteles” da idéia de qualidade de vida, vinculada a própria origem da economia. A economia surge a partir do questionamento, de quais oportunidades as pessoas precisariam para levar uma vida com qualidade, e sob quais fatores influentes se dariam essas oportunidades (SEN, 2010).

O autor faz referências aos instrumentos diferentes geradores de oportunidades e direitos, que podem ajudar a desenvolver de forma plena as capacidades dos indivíduos, promovendo uma melhor qualidade de vida. Esses instrumentos são as liberdades políticas, segurança econômica e oportunidades de proteção social. Numa forma inter-relacionada essas liberdades podem ser promovidas pelas políticas públicas, com o objetivo de potencializar as capacidades humanas. A relação marcada entre elas é “empírica”, e estando conectadas, se apresentam da seguinte forma:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual e coletiva, além de recursos públicos para os serviços sociais (SEN, 2010, p.26).

O autor dispõe, dessa maneira, que o desenvolvimento consiste na eliminação de privação da liberdade sobre o “capital humano”, com vista ao alcance da qualidade de vida. Referindo-se a superação da pobreza, da desigualdade e da injustiça social, em um plano coletivo e individual, para viabilizar aos membros da sociedade o cabal uso de suas potencialidades e liberdades, que será permitida somente pelas adequadas oportunidades sociais, econômicas e pelo fortalecimento da democracia (SEN, 2010).

Neste sentido, Alves (1992, p.144) diz que o Brasil está atrasado para as conquistas de democracia, alcançadas durante séculos de lutas por outras Nações. Há urgência na garantia para o país e para as cidades de níveis de gestão a bem da coletividade em detrimento dos interesses econômicos de organizações privadas particulares (classes, frações de classes, grupos de interesse, partidos). Superar a fragilização da instituição democrática, reverter seus aspectos de falta de cidadania, participação política e educação. Este é o caminho pelo qual a qualidade de vida se aproximará dos espaços de vida urbana.

Contudo, a realidade remete ao permanente processo de busca por melhores condições de vida pelos brasileiros, que tradicionalmente migravam para as capitais na esperança de encontrar empregos, acesso facilitado aos serviços, bens de consumo e aprimoramento profissional. Porém, os estudos de Fernandes (2000) identificam que este padrão de migração esteja mudando na direção das cidades de porte médio, criando uma expectativa, que contrasta com a imensa variedade de

dificuldades que se apresentam na vida cotidiana da cidade, e impõe um grande desafio a todos que se proponham a viver nas médias e grandes cidades em todas as regiões deste país.

Em todas as concepções acerca das dimensões da qualidade de vida é referenciado o aspecto da difícil mensuração do tema. Para se considerar qualidade de vida no âmbito das cidades deve-se segundo Herculano (1998, p.3) rejeitar os padrões sociais e materiais sofisticados de vida, em estilos hipoteticamente inalcançáveis, pautando a discussão em torno de uma visão mais realista, onde se busque um “compromisso ético de uma sociedade garantidora da vida” na qual se coadunam a atenção aos recursos naturais e ambientais, o respeito e a valorização das potencialidades humanas.

A autora menciona ainda que, para avaliar e mensurar a qualidade de vida é preciso aferir se as ofertas de serviços e recursos existentes contemplam amplamente a demanda populacional nos setores diversos, como o número de leitos hospitalares ofertados e se o número de profissionais do quadro da saúde, correspondem às necessidades e urgências da sociedade, estabelecendo-se um parâmetro para avaliar as condições de saúde, e o nível de instrução pela quantidade de escolas, pela oferta de bibliotecas públicas e tantos outros mecanismos disponíveis (HERCULANO, 1998).

Tendo em vista o objetivo desse estudo, de analisar distintamente a qualidade de vida nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, será necessário conhecer as informações sobre as variáveis que irão representar cada uma das dimensões sociais e econômicas, definidas para este estudo.

Pretende-se analisar:

1. A educação pelo nível fundamental, médio e superior de escolaridade, alfabetização;
2. a Saúde pela infra estrutura básica de saneamento, rede de esgoto e coleta de lixo;
3. as condições de trabalho e renda pelo número de emprego formal gerado nos municípios.

Para tanto, não é possível desconsiderar as dificuldades inerentes a definição do conceito da qualidade de vida. É preciso relativizar as diferenças culturais e sociais, considerando os vários instrumentos construídos, que tratam as diversas áreas de formas diferentes. A avaliação e concepção acerca da qualidade de vida de

uma população vêm sendo defendida pela ONU, da seguinte forma: satisfação das necessidades básicas do homem, tratada na forma de uma exigência imperiosa, tanto na vida comunitária como particular. A idéia transcende o viés econômico e social, as necessidades se relacionam aos acessos: participação nas atividades culturais, políticas, e econômicas da sociedade, que em termos práticos podem ser oferecidos nas diversas áreas e gêneros das políticas públicas.

A disponibilidade de teatros, cinemas, atividades lúdicas e musicais, viabilizam a participação cultural na sociedade. Ampliar os espaços de participação nas sociedades, trazendo os temas de lideranças comunitárias, associações, participação nos conselhos municipais, em eleições pelo exercício do voto, e da própria candidatura, fortalece a democracia e influencia nas mudanças sociais, e no papel dos sujeitos, que passam de passivos para ativos do desenvolvimento. Em consonância com esta concepção da ONU, da garantia dos acessos sociais para qualidade de vida, está a idéia da liberdade para o desenvolvimento tratada por Sen (2010). A participação social nesses setores, definidos pela ONU, poderia ser viabilizada pela ampliação dos níveis de cidadania, aumentando os padrões de consciência social e política da população, através do fortalecimento do sistema de educação como política pública. As políticas públicas devem ser ofertadas qualitativamente e quantitativamente para contemplar a população. Assim, através da qualificação do ensino, e pela disponibilidade de cursos profissionalizante, a capacidade de emprego e empregabilidade das pessoas poderá aumentar, ocasionando o fomento da economia pela elevação do poder de participação dos segmentos sociais no setor comercial.

Acrescendo a esta discussão, o autor Souza (1984), atribui grau melhor de qualidade de vida aos residentes da cidade por sua distribuição espacial diferenciada e pela representação de universo das possibilidades e acessos. Nas cidades há diferentes custos de vida e formas diferenciadas de se viver. É a cidade, o meio de interação do homem com todo o processo social, industrial, e tecnológico. Idéia complementada por Pereira (2002 p.62) de que, acima de residir nas cidades, é preciso ampliar as oportunidades essenciais na busca pela qualidade de vida, como as transcritas nos elementos que na década de noventa, compuseram o cálculo do IDH. “A saber, Liberdade política, econômica e social; garantia de direitos humanos e a possibilidade de o indivíduo ser produtivo e criativo”, para que as

idades sejam melhores aproveitadas em seus recursos e se constituam verdadeiramente em espaços de oportunidades.

Os estudos produzidos e referenciados nesta discussão tratam as diferentes concepções do que seja qualidade de vida, e o que se pode atribuir à qualidade de vida. O tema gera muitos questionamentos e debates em vários segmentos da sociedade. Para Souza (1982, p.15) é consensual em várias abordagens que sua forma multidisciplinar implica em certo grau de complexidade ao seu entendimento. Recebe várias definições por parte dos pesquisadores, e enquanto conceito surgiu nos países desenvolvidos na década de 50 e nos países que se industrializaram tardiamente ou menos desenvolvidos, na década de 70. Na América Latina, as pesquisas realizadas por Aguiar (2011) revelam que o Brasil foi o primeiro país a se preocupar com a questão da qualidade de vida, através de um trabalho que propunha avaliar a utilização do tempo para aferir a qualidade de vida, de autoria de Souza (1972). Este trabalho serviu para alavancar a elaboração de vários estudos no Brasil, e também em outros países.

As referências anteriores esclarecem que as diferentes formações dos vários pesquisadores que se dedicam ao tema determinam diferentes interpretações sobre a qualidade de vida. Os vários entendimentos se apresentam de forma multifacetada, envolvendo as várias áreas de estudos, como as relacionadas ao campo das aspirações individuais, que julga as projeções materiais, que colocadas em contraponto ao que já foi alcançado pelo indivíduo, traça uma relação com o que se concebe enquanto grau de evolução, e satisfações vivenciadas. Neste aspecto a qualidade de vida está relacionada às variações culturais, sociais e acesso ao universo da tecnologia. Enquanto outros estudos realizados como, Santini (1993) direciona para a importância do lazer, conceituado como tempo livre, momento de descontração, elemento propiciador da elevação do prazer para realização de tarefas, o que estaria interferindo sobremaneira na qualidade de vida, na medida em que a sociedade vive um momento de busca por melhores condições de vida e nos remete a noção de supremacia do trabalho como item principal.

Numa outra direção, a pesquisadora Herculano (1998) também estabelece relação da qualidade de vida com qualidade ambiental, e menciona a existência de outros patamares de análise, como o da subjetividade, relatividade e obviedade, até ao de pouca possibilidade de mensuração como os traduzidos em valores não materiais como felicidade, amor, solidariedade e inserção social. A ONU defende

para qualidade de vida a saciedade das necessidades do indivíduo e do ser social. Concepção a que o pesquisador Alves (1992) relaciona a qualidade de vida, pelo fortalecimento da instituição democrática, participação política e educação. Dimensões presentes na base conceitual de Sen (2010), analisada sob o princípio da liberdade, ao atribuir grau de autonomia ao sujeito, que passa a se posicionar na sociedade, de forma ativa para traçar suas metas e persistir nelas, rumo ao desenvolvimento. Logo, considerada a diversidade de pontos de vista, predomina em linhas gerais o pensamento que versa sobre a saciedade das necessidades essenciais da população, para um padrão de vida digno.

Cabe ressaltar o desafio que se impõe à realização de estudos para mensuração de qualidade de vida. À luz dos estudos realizados, percebe-se que entre os especialistas não há unidade na decisão sobre os tipos de indicadores a serem usados, como também para cada etapa específica do desenvolvimento da pesquisa, e critério a ser usado que se apresente mais apropriado. O embasamento deste trabalho se apóia na dimensão objetiva (estatísticas, dados quantitativos) e na orientação conceitual tratada por Herculano, onde se entende a possibilidade de medir a qualidade de vida por alguns indicadores sociais, para análise do comportamento das políticas públicas frente às viabilidades econômicas dos municípios.

2.1 Indicador de qualidade de vida

Nos procedimentos de divulgação das atividades ou programas públicos realizados, os agentes e administradores públicos recorrem, quase que por uma obrigatoriedade, aos “indicadores de situação, de desempenho e de resultados das realizações”, enquanto instrumento importante para aferir os efeitos causados ao público alvo.

Tem sido recorrente o uso de indicadores sociais, por jornalistas, políticos, universidades, Institutos de Planejamento Público e especialistas – cada um com seu propósito e a seu modo, utilizam deste instrumento operacional para avaliar os níveis de qualidade de vida das populações e para identificar as necessidades sociais diversas, a eficácia e as prioridades dos programas e das políticas públicas, em todas as instâncias administrativas e políticas da federação.

Os indicadores sociais que se constituem reconhecidamente, num importante acervo metodológico para monitorar as condições de vida das populações, passaram por um período de descrédito em suas formulações, mas logo tiveram sua “pertinência instrumental restabelecida” (JANNUZZI, 2009, p.14).

A partir da década de 70 as condições sociais se integram ao rol das inquietações dos governos e dos especialistas no Brasil, uma vez que os determinantes dos diversos fenômenos sociais trouxeram a necessidade de um aprofundamento em suas investigações, para que apurados, não apenas quantitativamente, pudessem ser apresentados por meio de um abrangente sistema de Indicadores Sociais, para melhor orientar as ações governamentais.

Para clarificar o entendimento de Indicador Social, Jannuzzi (2009) traz a seguinte definição:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico para pesquisa acadêmica ou programático para formulação de políticas. É um recurso metodológico empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Para avaliação, na década de 70, do “Estado Social da Nação”, a qualidade de vida incorporou um importante papel associado ao enfoque econômico, para responder a esta preocupação. Foi desenvolvido por pesquisadores internacionais, o sistema de indicadores sociais operacionais para mensurar a qualidade de vida, também chamada de bem-estar. Insere-se nessas pesquisas, a proposta da ONU em 1975, para a criação de um método de estatísticas sociais e demográficas, direcionadas à análise da qualidade de vida.

Referenciados como inovadores, e tendo sido preparados pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5), o Índice de liberdade humana (ILH) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se constituíram nos três tipos de indicadores sociais criados pela ONU na década de 90 (IPEA, 2000).

A utilização de indicadores voltados para medição da qualidade de vida vem aumentando de importância nas dimensões, municipal, estadual e nacional. Tomando os conceitos de qualidade de vida, para investigar as realidades locais sobre o assunto, é preciso levar em consideração os principais indicadores como o IDH que está entre os primeiros, se não o mais difundido e conhecido.

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o intuito de levar a discussão sobre desenvolvimento de aspectos meramente econômicos – como produto interno bruto, nível de emprego e nível de renda – para outros aspectos de ordem social e cultural. O IDH, como critério para a avaliação, estabelece as dimensões de Renda, Educação e Longevidade. A educação, pela alfabetização e nível médio de escolaridade; a renda, pelo PIB per capita e poder de compra e a longevidade pela esperança de vida ao nascer.

As pesquisas para medir a qualidade de vida nos diversos campos acontecem em todo país de forma sistemática. A pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2012, em levantamento chamado “Índice para Viver Melhor”, considerou 11 indicadores de 36 países e, de forma pioneira, inclui o Brasil. A posição ocupada pelo país na média, foi a 32^a. No entanto, quando arguídos quanto à satisfação com a própria vida, os brasileiros numa escala de zero a dez, responderam em 6,8 ante 6,5 no caso de pessoas de países ricos. A renda do brasileiro melhorou, mas em termos de paridade de poder de compra fica ainda em US\$ 2 mil per capita, enquanto quem mora num país rico recebe, em média, US\$ 22 mil. Isso aponta a satisfação dos brasileiros com certos aspectos da própria vida, servindo de referência reflexiva em nações ricas. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Gallup, mostrou que o nível de renda familiar dos brasileiros, a partir do qual o bem-estar deixa de estar associado somente a renda, talvez sirva de reflexão a situação do PIB, num momento em que o mundo procura alternativa para sua estagnação, segundo pesquisa, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (2012).

Segundo a ONU, o Brasil precisa investir mais ainda em políticas econômicas e sociais para reduzir a pobreza, as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida. De 2003 a 2011 retrocederam de 10,9% para 5% os níveis de pobreza extrema no Brasil, afirma o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA.

Isto não diminui, para o Brasil, a evidência da carência de esforços por melhores resultados em diversos indicadores. O desenvolvimento de políticas para o enfrentamento às injustiças sociais, à insegurança pública, à educação de qualidade e à saúde, se constitui numa necessidade imperiosa. Essa situação está no retrato da realidade brasileira, em diversas regiões, como na região Norte-Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, submetida a diversas pesquisas acadêmicas, como a

realizada pela COOP-UERJ em 2008, que apresenta as cidades do norte fluminense em suas necessidades por melhores níveis de gestão, em algumas áreas da administração pública. As políticas públicas nesta pesquisa foram medidas por níveis de impacto e onde incidiu impacto alto, o município terá de aperfeiçoar as políticas públicas para obter melhores resultados nos indicadores.

Considerar indicadores que dispõem não só, de teor econômico para apuração da qualidade de vida no Norte-Fluminense, poderá descortinar o nível de comprometimento de gestão local com o processo de investimento no cidadão, como força motriz do desenvolvimento, que cada vez mais é exigido em grau de qualificação profissional neste novo cenário de relações profissionais e de desenvolvimento na região.

Segundo a autora Pereira (2002), pensar a relação das políticas públicas com a questão da qualidade de vida, parte da compreensão de se considerar as necessidades humanas, que pode ser de natureza objetiva ou subjetiva, atribuindo a qualidade de vida um aspecto multifatorial e também co-relacionado a justificativa e a fundamentação das políticas públicas.

Diante de tanto por fazer, é preciso considerar o quanto foi feito, os avanços sociais, econômicos, políticos, ambientais e assistenciais expressam uma contínua melhoria da qualidade de vida, assim, apontam estudos de diferentes autores e organizações mundiais como a ONU (PEREIRA, 2002).

Nas discussões no que se refere à qualidade de vida, é relevante o papel das políticas públicas a partir de questões relacionadas a emprego, à educação, à moradia e condições de vida.

Podem-se conceituar políticas públicas como processos de discussão e aplicação de ações com supremacia do poder público e envolvimento de agentes com variados graus de recursos e origens sociais, instituições financeiras, técnicas, organizações e políticas (RUA, 2009).

As demandas sociais e a busca de benefícios a determinados grupos dão origem a utilização de indicadores sociais e econômicos. São processos para apurar as necessidades e conduzir o planejamento e procedimento sócio-político que possa atender às demandas da sociedade, direcionando ações e alocação de recursos para áreas específicas. Seu valor utilitário está para as diversas áreas do conhecimento e setores da sociedade, como na determinação de avaliações

permanentes e sistemáticas de todas as atividades públicas, finalidade que também orienta este estudo de qualidade de vida de dois municípios fluminenses.

O aumento da receita arrecadada e a margem de ampliação da capacidade de investimentos das prefeituras, propiciada pelo recebimento dos royalties e participação especial, colocam a região norte-fluminense em destaque no cenário nacional. A partir do estudo da nova configuração da região e dos municípios impactados por estes recursos, haverá base para atestar a interferência dos *royalties* na qualidade de vida nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, na região norte-fluminense.

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimentos metodológicos

Trabalhar indicadores relacionados à qualidade de vida num contexto da economia e dos royalties do petróleo e gás nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes pressupõe de forma igualmente relevante a definição das dimensões sociais e econômicas e o conjunto das variáveis correspondentes.

Dentre os fatores que definem os indicadores sócio econômicos pode-se observar a limitação de indicadores estatísticos disponíveis. Foram utilizados dados de fontes secundárias, em pesquisas e estudos e em órgãos oficiais.

Os indicadores de dimensões sociais e econômicas aplicados na elaboração do presente estudo foram definidos considerando os seguintes critérios:

- Disponibilidade de dados e de variáveis importantes para a dimensão social: saúde, educação, infraestrutura urbana e violência.
- Dados da dimensão econômica, pelas variáveis, emprego, renda, PIB, royalties de Macaé e Campos dos Goytacazes-RJ.
- Índices que tem relação indireta com a qualidade de vida, o IDH-M e o Índice de Theil.

Sempre que disponível, optou-se por privilegiar séries históricas a partir de 1970 – apresentadas no censo de 1980 década que ainda não refletia os impactos da economia regional do petróleo.

Buscou-se observar, ainda, as possíveis inflexões da 1ª década dos anos 2000, a partir das mudanças trazidas pela Lei do Petróleo, de 1997.

4 O PERFIL DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE QUE SE DESTACAM NO RECEBIMENTO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS

A partir de 1530, o Brasil conheceu o início efetivo da ocupação portuguesa, que aqui encontrou condições favoráveis para implantar um sistema de produção baseado nos princípios econômicos mercantilistas, dominantes na época: formação de colônias preferencialmente nas áreas tropicais, para fornecer gêneros alimentícios tropicais, matéria-prima e metais preciosos que atendessem às necessidades do mercado europeu. Os lucros seriam elevados e haveria uma significativa acumulação de capitais, produto da comercialização desses produtos. Era a época do capitalismo comercial, também conhecido como Revolução Comercial.

Formou-se aqui o que se convencionou chamar de economia dependente, que foi se estruturando e se modificando a fim de atender às economias européias dominantes. Assim, a economia brasileira nasce integrada ao processo mundial de expansão do capitalismo mercantil, baseada no monopólio colonial e dirigida ao mercado externo. A sua história se escreve pelos vários ciclos econômicos, como os do pau-brasil, cana-de-açúcar, do ouro, da borracha e do café. E todos marcaram etapas importantes para o desenvolvimento do país. Desenvolvimento que ora reescreve a história sócio econômica da região Norte-Fluminense e repercute na qualidade de vida das populações, com a economia regional do petróleo.

O desenvolvimento conceitualmente atribuído ao progresso material se associa ao crescimento econômico e a modernização tecnológica, vinculado ao aspecto quantitativo, restringindo o conceito à dimensão econômica. O autor Souza (1984) diz que esta concepção vem do positivismo (corrente filosófica que defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro), que só considera a elevação de taxas e indicadores econômicos. Isso minimiza sua funcionalidade, incide vícios no seu uso, prejudicando a aplicabilidade de tal conceito. Assim, Furtado (1978), coloca que o desenvolvimento deve satisfazer as várias necessidades de uma coletividade, envolvendo mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, além de destacar a distribuição de renda e o pleno emprego como fundamentais.

Buscando o entendimento de desenvolvimento pelo aspecto social, e não apenas pelo crescimento da renda, a análise do termo passa por outras variáveis, dentre as quais moradia, saúde, educação e emprego. Para realizar uma análise qualitativa que possa mensurar a qualidade de vida da população, Souza (1997 p. 14), considera o espaço geográfico como fonte dos recursos, referencial e identidade, sendo o desenvolvimento também sócio espacial, na medida em que implica na justiça social.

Em observância aos vários conceitos, buscamos entender o tempo presente da região Norte-Fluminense, que é de expectativas e desafios. Todos os segmentos da sociedade, meio acadêmico, empresários e sociedade civil, de modo geral, analisam e participam da chegada dos novos instrumentos de desenvolvimento no setor econômico e suas implicações nas diversas áreas: crescimento urbano, mudanças territoriais, sociais, culturais, política e ambientais, que diretamente incidem sobre a qualidade de vida das populações.

Como tantas outras manifestações impulsionadas pelo crescimento da economia, que interferem na qualidade de vida, o fenômeno da urbanização pode ser transcrito em termos demográficos, em termos da transferência das populações das áreas rurais para assentamentos urbanos, ação para dotar áreas com infraestrutura e equipamentos urbanos modernos, contribuindo assim com o aumento da população nas cidades onde concentram os investimentos. Todo esse entendimento nos remete aos fatos históricos ocorridos no Brasil em várias épocas e regiões diferentes. Os estudos do autor Santos (2005) sobre a Região Sudeste Brasileira revelam que o fato de ser a mais urbanizada do País. Uma das razões teria sido a infraestrutura existente, que favorecia a industrialização e a inclusão da técnicas industriais modernas no território. Esses fatores locais foram importantes para atender aos interesses do capital. A Região Sudeste detinha esses elementos receptivos à modernidade, o que favoreceu o desempenho econômico e o crescimento urbano. A modernidade estava explícita não apenas na forma do capital, como também presente na forma de organização e tecnologia.

Em linhas gerais para o processo de desenvolvimento econômico e social, permite-se uma comparação com os fatores que ora põem esta região na rota do desenvolvimento.

Aponta pesquisa de Carvalho; Júnior; Lima; Crespo (2010), que a instalação do Porto do Açu, no Estado do Rio de Janeiro, representa a retomada do

desenvolvimento econômico para o Estado, porque não conseguiu acompanhar a evolução da industrialização do Estado de São Paulo, pela falta de “dinamização da sua economia e industrialização do seu interior”, possibilidade que ora se expande, pela implantação do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu- CLIPA. A pesquisa se refere aos fatores de ordem imobiliária e locacional para instalação do CLIPA no Município de São João da Barra, como: custo - benefício de transportes favoráveis, condições de acesso pela reestruturação das estradas, construção de rodovias no entorno, oferta de mão-de-obra com baixo custo, espaço físico disponível, como também pelo porte dos Municípios do entorno, citando Campos dos Goytacazes como cidade média, detentora de infraestrutura para atender a “demanda gerada pelo crescimento”. O quadro é de mudança no território local da implantação do complexo, com irradiação para todo entorno que terá que se moldar à dinâmica desse empreendimento.

A nova dinâmica econômica em curso na Região Norte-Fluminense influenciará no setor de trabalho e renda da população, e exigirá cada vez mais qualificação profissional específica conforme exigiu o desenvolvimento econômico ocorrido nas cidades da Região Sudeste do País na ocasião dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI).

Todo o complexo e as operações já iniciadas no Açu representam apenas a largada de um grande empreendimento que oferece inúmeras oportunidades de desenvolvimento econômico à região Norte Fluminense, assim como é de relevante importância para o desenvolvimento da economia nacional.

Tais observações se identificam com as afirmações de Santos (1994) a respeito de alguns fatos históricos do desenvolvimento econômico ocorridos no Brasil, como a “configuração do território” constituído pelo “sistema de engenharia que o homem superpõe à natureza e gera condições de trabalho específicas.” O território recebe o desenvolvimento de novas técnicas, como no setor de transportes e telecomunicações, modificando a dinâmica econômica regional e favorecendo a integração Nacional.

Situada na Região Sudeste do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, a região Norte Fluminense se inscreve no cenário nacional pelo momento histórico importante em que se encontra. Está no limiar dos efeitos impactantes a serem gerados pela nova rota do desenvolvimento regional; como o já iniciado processo de intensificação da urbanização que tenderá a se acelerar e consolidar no território.

Esta é uma perspectiva apresentada em vários estudos realizados acerca dos impactos socioeconômicos na região (CRUZ, 2012).

Fernandes, (2000), argumenta que uma grande escala de crescimento urbano, sempre estará acompanhada de agudos desequilíbrios sociais, ambientais e aumento de demandas por habitações, transporte público, ampliação da rede de serviços essenciais como água, saneamento, educação e saúde, trabalho e emprego. E para dar respostas a essas necessidades, o engajamento deverá ser coletivo, envolvendo setor privado, público, voluntário e comunitário. O autor afirma ser importante a participação de todas as instâncias de governo, mas a responsabilidade maior é da esfera local, o poder local tem o papel decisivo na condução do desenvolvimento urbano.

Consta ainda nas afirmações do autor, a existência de um clamor da sociedade por uma forma de planejamento democrático para a cidade, com caráter político, que venha dar suporte às lutas populares, pela efetividade dos pilares de sustentabilidade e habitabilidade das cidades. Dessa forma condiciona o futuro das cidades nos países em desenvolvimento como o Brasil, à forma de implementação dos mecanismos de gestão urbana, para erradicar a pobreza urbana e combater a exclusão social, mencionando a necessidade de criação de uma “agenda política progressista da boa governança urbana” (FERNANDES, 2000).

Verifica-se que esta expressão “boa governança”, está presente nas análises acadêmicas e nas críticas às contradições verificadas entre os vultosos recursos de royalties pagos aos municípios e a ausência de políticas urbanas que produzam melhorias nos indicadores, que se apresentam na realidade desses municípios Norte-Fluminense.

Um assunto que recentemente veio à baila foi a proposta de novas regras de rateio das compensações financeiras para todos os municípios e estados Brasileiros, tendo ocorrido debates e emendas nas duas casas Legislativas nacionais, suscitando vários enfoques de especialistas sobre o tema, e acerca das reais pretensões da discussão que gerou debates no meio acadêmico, como o estudo realizado por Fernando Antônio Slaibe Postali e Marislei Nishijima pelas Universidades de São Paulo (USP), sobre o retorno social dos recursos do petróleo nas cidades brasileiras, o qual aponta para o impressionante fato de que “quanto maior o volume dos royalties recebido por um município, menor a evolução do seu

indicador social em relação à média nacional, o que seria uma manifestação de algum fenômeno de maldição de recursos naturais” (POSTALI; NISHIJIMA, 2008).

Neste sentido, o professor Dantas do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) contribui, em entrevista da BBC Brasil (POSTALI, 2008), dizendo que “isso não quer dizer que tenhamos de tirar os recursos desses municípios. Temos é que ter um controle forte sobre esses recursos” e acrescenta a falta de uma política deliberada de aplicação dos royalties e formas de planejamento. São multidimensionais os interesses e enfoques nesta região, no qual pretende-se neste trabalho, pretende-se neste trabalho identificar a evolução dos indicadores com impacto na qualidade de vida, nas esferas sociais e econômicas: educação, as condições de infraestrutura – saneamento, habitação, trabalho e renda, PIB per capita, índice de violência e número de empregos formais. A Região Norte Fluminense, que já se destacou de forma expressiva pelo desenvolvimento da atividade sucro-alcooleira, atualmente dinamiza-se pela força produtora do petróleo e gás.

A produção Nacional de Petróleo e Gás aumentou no Brasil na década de 70, favorecida pelas inovações tecnológicas e pelos elevados investimentos no setor, como nos fala (PIQUET, 2003). Nesta fase, a indústria revela-se demandante de maior quantidade de mão-de-obra qualificada para os processos de exploração e produção do mineral.

Evidencia-se a mudança que o petróleo trouxe para a região Norte-Fluminense, como o crescimento do PIB dos municípios fluminenses (CIDE, 2006), por meio das compensações financeiras que aumentam a receita arrecadada, as ofertas de postos de trabalho, impacto demográfico, mudança na estrutura empresarial, oferta de mão de obra tanto qualificada como desqualificada e crescente processo de migração em busca de oportunidades na região.

A partir da década de 70, Piquet (2003), à indústria do petróleo começou a exercer influência na economia de alguns municípios do Norte Fluminense, particularmente em Macaé. Marca-se o começo de um processo de abertura de oportunidades e demandas na região, envolvendo uma injeção de *royalties* para os municípios, que se tornou relevante a partir de 1998, com a Lei do Petróleo de 1997 e que contempla cidades do Norte Fluminense, das quais Macaé e Campos dos Goytacazes são objetos deste estudo.

4.1 Os royalties do petróleo e gás

Ao tratar dos royalties do petróleo e gás, deve-se abordar um breve histórico da descoberta do petróleo no Brasil.

As primeiras jazidas de petróleo no Brasil foram encontradas na década de 30, quando as medidas regulatórias governamentais foram instituídas. Em 1930 a discussão sobre o uso e a exploração do recurso no solo brasileiro levou à criação do Conselho Nacional do Petróleo-CNP.

Passadas duas décadas, em 1953 a descoberta dessa riqueza motivou a criação oficial do monopólio estatal sobre a atividade petrolífera e a criação da empresa estatal “Petróleo Brasileiro S.A”, a empresa brasileira, a Petrobrás. Na década seguinte, em 1968, a empresa amplia sua atuação na exploração do mineral passando a operar em águas profundas.

Em 1974 ocorreu a descoberta de petróleo na bacia de Campos, o maior reservatório de petróleo no Brasil, cuja produção teve início em 1978 e que hoje representa mais de 80% da produção nacional. O monopólio petrolífero foi extinto através de Lei governamental 9.478/97, o que permitiu que empresas do setor privado viessem a competir nessa atividade. O conselho Nacional de Política Energética- CNPE e a Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural – ANP, também foram instituídas por essa Lei, que determina a política vigente neste setor. A ANP tem a função de fiscalizar, contratar e regular as atividades que compõem a indústria do petróleo assim como a implementação da política petrolífera, gás natural e bicomcombustível no Brasil. É a autarquia federal responsável pela defesa dos interesses nacionais desse setor e defesa dos consumidores.

Constitui também em responsabilidade da ANP, o controle e o cálculo da distribuição dos valores de royalties, das participações especiais e dos pagamentos por retenção de área. Os recursos são repassados para os entes federados, pelo Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil. Os royalties se apresentam historicamente enquanto forma de pagamento de direitos. Sua origem vem do inglês Royal, que significa “da realeza” ou “relativo ao rei”. Era o direito que os reis tinham de receber pagamento pela extração de minerais feitas em suas terras. No Brasil, são passíveis de royalties os recursos energéticos, como petróleo e gás natural, sendo uma compensação financeira paga mensalmente pelas empresas exploradoras ao Estado.

Os *royalties* são um recurso financeiro criado a título de compensação para os municípios produtores de petróleo, pelos impactos social e ambiental causados pela exploração, pela redução do valor da jazida decorrente da extração e por ser o recurso finito, tornar-se indisponível no futuro (SERRA, 2007). A Lei do Petróleo (Lei nº.9478/97) regulamenta a distribuição deste recurso, tornando a União a proprietária das jazidas. Cabe ao explorador do recurso repassar ao Estado um percentual do lucro obtido. Por sua vez, a União repassa o montante aos municípios e estados confrontantes com os poços produtores e àqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios limítrofes (GUTMAN; LEITE, 2003). Cabe ao município aplicar este recurso nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e ação social

Estudos indicam que a indústria do petróleo e Gás se tornou o maior setor de negócios do mundo. Sua intensa dinâmica de crescimento nos países onde está presente, supera a da conjunto de fatores que englobam a economia desses países. (GUTMAN; LEITE, 2003). “A indústria do petróleo tem um papel muito relevante no desenvolvimento da economia brasileira.” Ela tem implicações em diversos ângulos da realidade nacional, como na estabilidade dos preços, no aumento da produção de setores estratégicos, e no enriquecimento de municípios beneficiários dos royalties.

Antes da Lei do Petróleo (9.478/97), não havia as participações especiais. Só a partir desta cabe o termo “Rendas Petrolíferas”. Os municípios produtores fluminenses se reúnem na Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO): Quissamã, Rio das Ostras, Carapebus, Macaé, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, e Cabo Frio, que são confrontantes com os poços produtores e aqueles pertencentes às áreas geoeconômicas.

Focando a análise sobre os municípios objeto deste estudo, Campos dos Goytacazes e Macaé, apresenta-se a evolução das rendas entre 1999 e 2012, observadas nas figuras de 1 a 4.

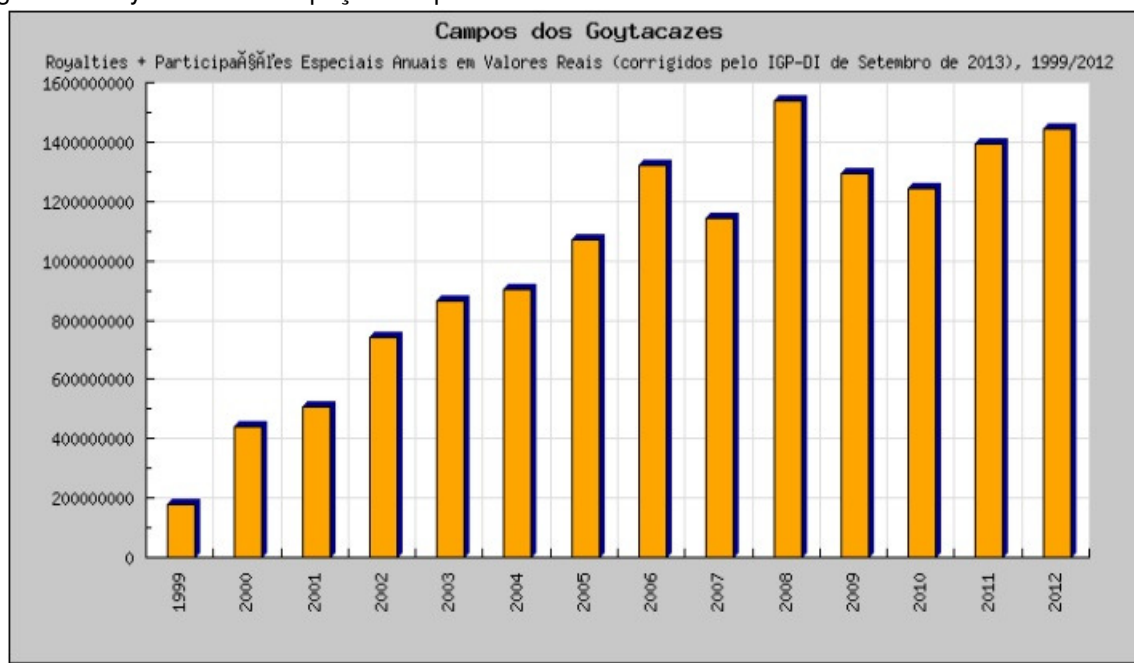
Figura 1

Royalties + Participações Especiais Anuais em Valores Reais (corrigidos pelo IGP-DI de Setembro de 2013), 1999/2012

Beneficiário / Estado	Ano	Valor Corrente	Valor Real
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	1999	R\$ 57.049.478,33	R\$ 177.991.921,56
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2000	R\$ 157.870.442,17	R\$ 438.325.095,90
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2001	R\$ 200.261.211,38	R\$ 506.441.668,94
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2002	R\$ 348.260.944,92	R\$ 741.902.578,65
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2003	R\$ 475.182.177,54	R\$ 865.525.502,19
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2004	R\$ 549.607.310,98	R\$ 904.903.641,32
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2005	R\$ 678.425.571,67	R\$ 1.072.048.169,87
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2006	R\$ 852.565.850,92	R\$ 1.318.572.183,16
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2007	R\$ 780.099.183,21	R\$ 1.140.615.951,29
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2008	R\$ 1.168.642.499,45	R\$ 1.537.871.266,14
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2009	R\$ 993.167.279,11	R\$ 1.295.091.887,55
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2010	R\$ 1.016.020.729,34	R\$ 1.241.063.527,52
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2011	R\$ 1.231.637.184,61	R\$ 1.396.005.545,38
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2012	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 1.443.739.116,94

Royalties + Participações Especiais em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI.
Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Fundação Getúlio Vargas

Figura 2 - Royalties + Participações Especiais em valores correntes.



Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo

Observamos linha ascendente nos valores pagos de royalties e participação especial aos Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé que se manteve de 1999 ao ano de 2006. Os anos de 2007 e 2009 representaram repasse de valores menores aos municípios, devido à queda do valor do barril de petróleo, causado pela oscilação do preço do barril no mercado internacional de commodities. Os valores retomam a posição ascendente no ano de 2010 até o ano de 2012. (UCAM, 2010).

Figura 3

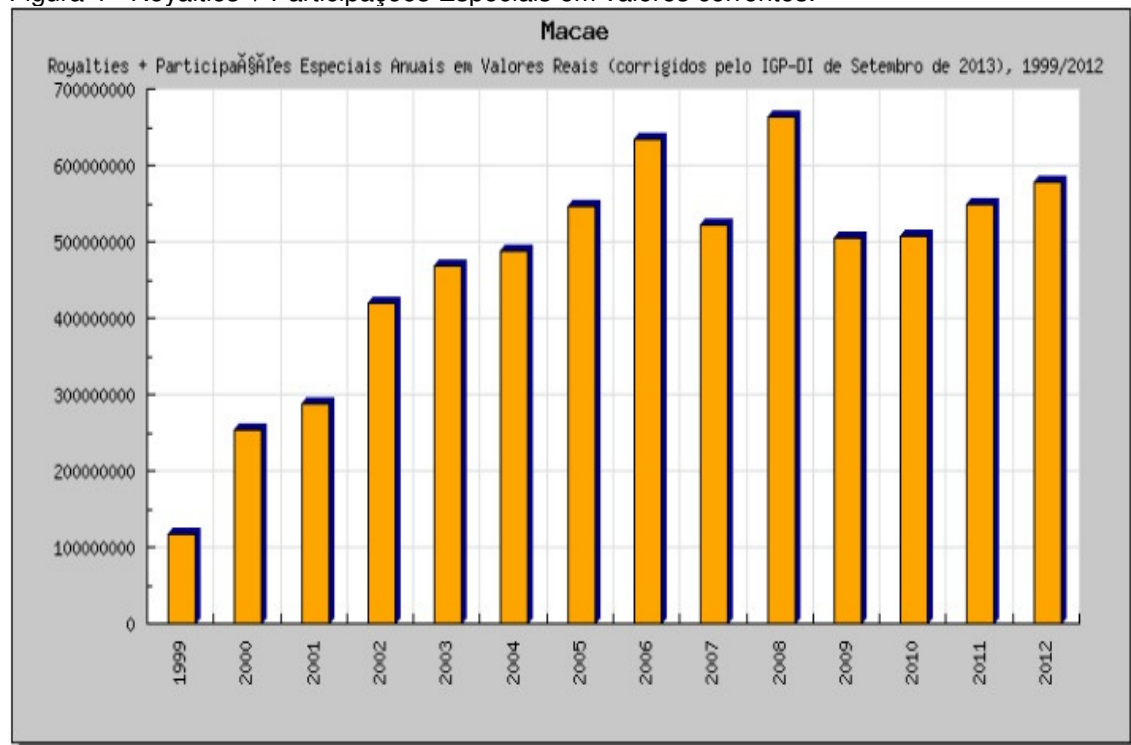
Royalties + Participações Especiais Anuais em Valores Reais (corrigidos pelo IGP-DI de Setembro de 2013), 1999/2012

Beneficiário / Estado	Ano	Valor Corrente	Valor Real
Macaé Rio de Janeiro	1999	R\$ 37.219.526,00	R\$ 116.664.177,23
Macaé Rio de Janeiro	2000	R\$ 90.351.754,70	R\$ 252.679.705,07
Macaé Rio de Janeiro	2001	R\$ 113.194.863,52	R\$ 287.247.993,68
Macaé Rio de Janeiro	2002	R\$ 194.061.125,21	R\$ 420.164.109,35
Macaé Rio de Janeiro	2003	R\$ 256.136.554,11	R\$ 467.938.131,94
Macaé Rio de Janeiro	2004	R\$ 293.831.875,82	R\$ 487.144.160,15
Macaé Rio de Janeiro	2005	R\$ 346.291.967,80	R\$ 547.538.434,54
Macaé Rio de Janeiro	2006	R\$ 408.416.988,96	R\$ 633.639.024,92
Macaé Rio de Janeiro	2007	R\$ 353.801.517,16	R\$ 520.798.906,41
Macaé Rio de Janeiro	2008	R\$ 501.680.924,82	R\$ 664.161.318,32
Macaé Rio de Janeiro	2009	R\$ 387.541.067,11	R\$ 505.404.220,42
Macaé Rio de Janeiro	2010	R\$ 410.516.330,10	R\$ 506.915.916,56
Macaé Rio de Janeiro	2011	R\$ 482.234.671,56	R\$ 548.942.154,15
Macaé Rio de Janeiro	2012	R\$ 538.654.219,38	R\$ 579.158.312,85

Royalties + Participações Especiais em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI.

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Fundação Getúlio Vargas

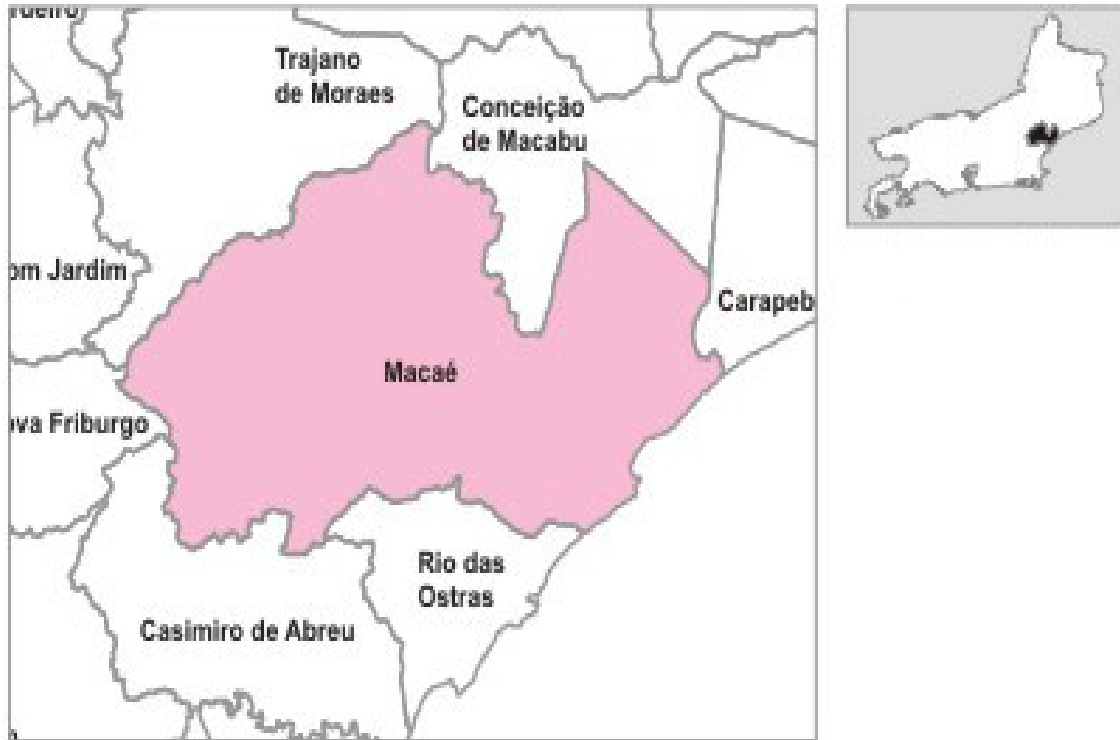
Figura 4 - Royalties + Participações Especiais em valores correntes.



Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo

4.2 Macaé - RJ

Figura 5 – Localização do município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro



Macaé é um município do estado do Rio de Janeiro, situado 180 quilômetros da capital do estado. Dados do IBGE/CIDE (2001) informam que a área total de Macaé corresponde a 12,6% da área da Região Norte Fluminense, ou seja, 1.229,1 km².

Contando com 23 quilômetros de litoral, o clima é quente e úmido na maior parte do ano, com temperaturas que variam entre 23°C e 38°C, amplitude térmica considerável, ocasionada pela troca de ventos entre o litoral e a serra, relativamente próximos. É também conhecida como "Princesinha do Atlântico" e "Capital do Petróleo Brasileiro".

O Município teve seu núcleo econômico inicial apoiado no cultivo da cana de açúcar, atividade que ocasionou um aumento demográfico considerável nos séculos XVIII e XIX. Na primeira metade do século XX, o município tinha sua base econômica sustentada no cultivo do café, da cana de açúcar, da extração do pescado e da pecuária.

Com a descoberta do petróleo na região, com a instalação da Petrobrás em Macaé e das indústrias offshore, a cidade passou a uma nova conjuntura socioeconômica, fundamentada pelo elevado crescimento demográfico, que recebeu impulso de setores importantes no processo de desenvolvimento, como o de construção civil, comércio e de serviços, que na atualidade é o maior gerador de empregos, superando os gerados pelas empresas offshore.

A forte migração ocorrida em função da descoberta do petróleo fez o Município despontar no cenário nacional de investimentos. Com a abertura econômica após a quebra do monopólio do petróleo no final da década de 90, houve uma ampliação do mercado de trabalho, que dinamizou o processo de entrada de capital estrangeiro neste setor em Macaé, através das empresas instaladas, que além de atender a indústria do petróleo também abastece outras indústrias como as de peças e de serviços. Essa realidade amplia a demanda do mercado gerando novas frentes de qualificação para o trabalho, que contrasta com a ausência de mão de obra local qualificada, impondo a contratação de trabalhadores de outros municípios, o que contribui de certa forma para o aumento da população de Macaé.

A tabela abaixo mostra a expansão populacional no Município de Macaé nos períodos de 1970 a 2010:

Tabela 1 - Evolução da população rural e urbana residentes em Macaé

População	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Rural	12.441	10.452	7.737	6.432	9.466	3.869
Urbana	34.780	49.215	85.920	125.118	160.047	202.859
Total	47.221	59.667	93.657	131.550	169.513	206.728

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000, 2007 e 2010.

Pesquisa do IBGE (2010) aponta Macaé com total de 206.748 mil residentes. Na faixa de 20 a 49 anos de idade, residem na área urbana 105.052 mil pessoas e na área rural residem 968 pessoas. Trabalham por conta própria na cidade 17.364 pessoas, já com carteira assinada são 63.690, para 14.523 trabalhadores sem carteira assinada.

Aponta-se com esses dados a mudança socioeconômica sofrida pelo Município desde o final da década de 90 pela descoberta de petróleo na Bacia de Campos, quando o perfil do emprego no Município passa a ser objeto de estudo acadêmico, devido mudança ocorrida na demanda de empregos, que começam a

ser requisitados pelo setor offshore através das muitas empresas multinacionais que se instalaram em Macaé, exigindo mão de obra qualificada e especializada. A chegada de empresas estrangeiras para investir na indústria petrolífera brasileira ocasionou grande demanda de profissionais capacitados para atuar no setor de óleo e gás. Procura essa que vem se tornando cada vez mais relevante desde a descoberta do pré-sal.

Macaé se tornou conhecida como a “capital do petróleo”, destacando-se no âmbito nacional por seu posicionamento na rede de cidades, e que de forma direta sofre os impactos da indústria do petróleo, e sua economia se apóia, visivelmente, nos serviços e produtos oriundos da cadeia produtiva de petróleo.

Com a quebra do monopólio do petróleo, em 97, com a Lei do Petróleo, novos e elevados investimentos na indústria petrolífera geraram muitos empregos diretos, com a Petrobrás oferecendo sempre novas vagas através de seus concursos e empregos indiretos oferecidos por instituições terceirizadas para atender a demanda de mão de obra especializada, em Macaé, revitalizando o crescimento econômico do Município que absorve o maior número de trabalhadores formais e informais na área petrolífera no Estado do Rio de Janeiro. Apesar de todos esses aspectos positivos que impactaram a cidade existem os negativos por abrigar as atividades de apoio à exploração offshore de petróleo e gás da Bacia de Campos.

Os danos ambientais e sociais foram enormes. Um desses prejuízos foi a poluição dos mares e a perda de sua característica interiorana. As áreas de entretenimento e lazer, como a Praia de Imbetiba, ficaram comprometidas para o convívio social das famílias macaenses e como ponto turístico.

O direito à cidade como ambiente socialmente construído e concebido no imaginário dos cidadãos sofreu uma ruptura com a chegada da Petrobrás. A área que antes servia como uma estação lúdica de vivências para as famílias locais se transformou num ponto para o capital petrolífero, concedendo-lhe um destino preponderantemente econômico.

Houve uma grande mudança ocupacional e na arquitetura urbana. As casas coloniais deram lugar aos edifícios de médio porte. A população perdeu espaço para a força de trabalho imigrante e o sentido de pertencer àquele lócus. Os empresários que detêm o capital se apropriaram da região central da cidade e a população migrou para as áreas periféricas, pelo baixo poder aquisitivo, levando ao fenômeno da favelização e aos aglomerados urbanos saturados.

Com a desqualificação profissional para as funções que tencionavam exercer nos quadros da indústria, os operários locais quando inseridos no trabalho ocupam as funções subalternas e de baixa remuneração, enquanto aqueles não aptos para o desenvolvimento de quaisquer das funções, alojam-se nas áreas periféricas em condições de risco e insalubridade. Instaurou-se uma realidade de aumento dos índices de carência social e um quadro de insegurança crescente.

Este fenômeno deu origem às complicações da alçada da saúde pública, a partir da elevação dos níveis de empobrecimento populacional marcado por profundas desigualdades sociais acarretando o crescimento da violência, dependência química, e prostituição.

Contrastando com o cenário de perdas sociais, o setor econômico do Município foi favorecido também com a elevação do PIB, que no ano de 2008 apresentou R\$ 8.003.372 (oito milhões, três mil, trezentos e setenta e dois reais). O PIB é um indicador que mede a produção do território e o de Macaé corresponde a 17,91% da região Norte Fluminense (SEBRAE, 2011).

No setor de economia, baseado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2010, do Ministério do Trabalho e Emprego, que se constitui num formulário obrigatório emitido pelas empresas registradas no Brasil, permite uma análise da participação de cada setor da economia no total das firmas do município.

Verifica-se que, 86,3% dos estabelecimentos formais do município são representados pelas microempresas com maior concentração no setor de serviços seguido pelo de comércio.

Tabela 2 – Estabelecimentos por porte e setor

MUNICÍPIO DE MACAÉ – N.º DE ESTABELECIMENTOS POR PORTE E SETOR 2009/2010.												
Porte Setor	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total		Percentual	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Micro	757	767	2.491	2.553	2.917	3.061	143	144	6.308	6.525	86,5	86,3
Pequena	83	84	287	317	354	381	7	6	731	788	10,0	10,4
Média	47	39	22	21	64	63	1	1	134	124	1,8	1,6
Grande	24	27	14	17	83	84	0	0	121	128	1,7	1,7
Total	911	917	2.814	2.908	3.418	3.589	151	151	7.294	7.565	100,0	100,0

Fonte: SEBRAE 2012 – Informações socioeconômicas municipais

4.3 Campos dos Goytacazes - RJ

Figura 6 – Localização do município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro



O Município de Campos dos Goytacazes passou a receber os impactos do crescimento na década de 70, quando tinha sua base econômica a indústria sucroalcooleira. As perdas sociais contrastam com os avanços no setor econômico, como a elevação do PIB, que apresenta no ano de 2008, R\$ 29.125.709,00. O PIB expressa o potencial do Município para a geração de riqueza e o de Campos equivale a 65,2% da região Norte Fluminense (SEBRAE, 2011).

No setor de economia, baseado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2010, dos estabelecimentos formais existentes em Campos, 90% é formado por microempresas, estando em maior parte voltadas para os setores de comércio e serviços, conforme tabela abaixo:

Número de estabelecimentos por porte e setor do Município de Campos dos Goytacazes.

Tabela 3 – De estabelecimento por porte e setor

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – N.º DE ESTABELECIMENTOS POR PORTE E SETOR 2009/2010.

Porte Setor	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total		Percentual	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Micro	1.497	1.524	5.635	5.980	3.857	4.034	623	632	11.612	12.170	91,2	90,9
Pequena	160	185	446	469	355	389	17	18	978	1.061	7,7	7,9
Média	15	22	24	31	32	34	2	2	73	89	0,6	0,7
Grande	2	2	16	22	45	49	2	2	65	75	0,5	0,6
Total	1.674	1.733	6.121	6.502	4.289	4.506	644	654	12.728	13.395	100,0	100,0

Fonte: SEBRAE 2012 – Informações socioeconômicas municipais

Observando o orçamento da Prefeitura Municipal de Campos, para os anos de 2008 a 2010 a arrecadação de royalties do município representou a incapacidade do município de gerar arrecadação própria conforme a realidade orçamentária apresentada. Tornou o município limitado à dependência orçamentária dos royalties do petróleo, inerte ao que se refere à criação de novas formas de arrecadação própria de recursos tributários. Diversificar a economia local seria essencial otimizando os recursos públicos, criando novos negócios para agregar mais valores orçamentários. O autor Serra (2010) afirma:

a dependência de recurso do petróleo pode gerar ineficiências no esforço tributário dos municípios beneficiados. Quanto maior a participação dos royalties nas receitas correntes das cidades, menor o interesse dos municípios em obter recursos tributários próprios, com destaque para o IPTU.

Campos de Goytacazes tem um poder orçamentário vultoso oriundo dos royalties e a receita própria é comparativamente inexpressiva.

Figura 7

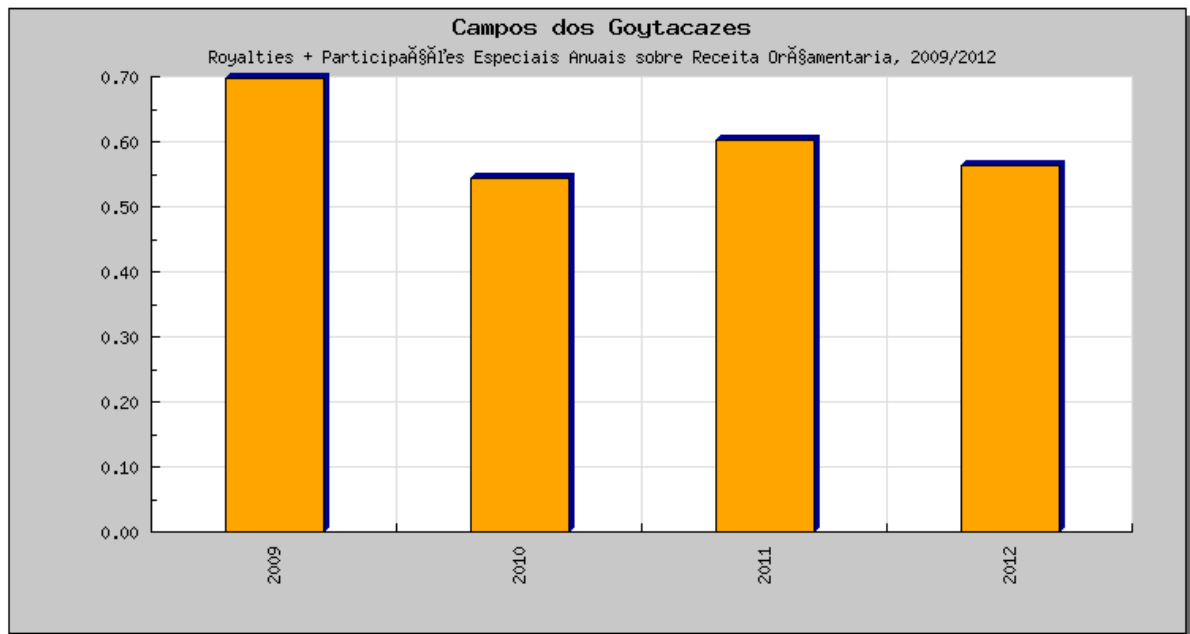
Royalties + Participações Especiais Anuais sobre Receita Orçamentária, 2009/2012

Beneficiário / Estado	Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Orçamentária	(Royalties + PE) / Receita Orçamentária
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2009	R\$ 993.167.279,11	R\$ 1.423.568.588,12	0,70
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2010	R\$ 1.016.021.871,72	R\$ 1.867.225.055,18	0,54
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2011	R\$ 1.231.637.781,97	R\$ 2.044.461.698,14	0,60
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2012	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 2.403.732.736,53	0,56

Royalties + Participações Especiais sobre Receitas Orçamentárias.

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Secretaria do Tesouro Nacional

Obs: N/D = Informação não disponível.



Fonte: Info Royalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo

A Receita Orçamentária constante da figura 7, são as receitas totais que incluem receitas correntes mais receita de capital e deduções de receitas correntes que são as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), segundo o inforoyalties.

Figura 8

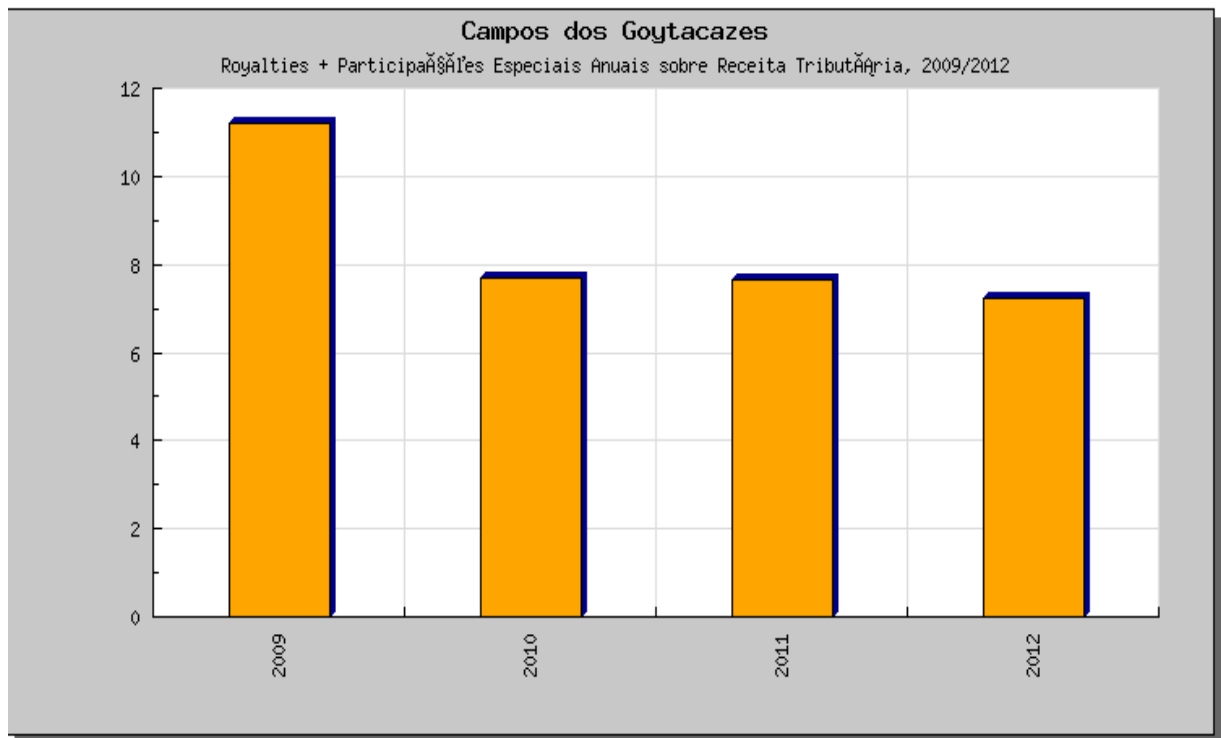
Royalties + Participações Especiais Anuais sobre Receita Tributária, 2009/2012

Beneficiário / Estado	Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Tributária	(Royalties + PE) / Receita Tributária
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2009	R\$ 993.167.279,11	R\$ 88.522.134,98	11,22
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2010	R\$ 1.016.021.871,72	R\$ 131.891.334,26	7,70
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2011	R\$ 1.231.637.781,97	R\$ 160.738.044,29	7,66
Campos dos Goytacazes Rio de Janeiro	2012	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 187.455.339,33	7,22

Royalties + Participações Especiais sobre Receitas Tributárias.

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Secretaria do Tesouro Nacional

Obs: N/D = Informação não disponível.



Fonte: Info Royalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo

A figura 8 traz o demonstrativo das Receitas Tributárias, que são as receitas advindas dos impostos municipais, das taxas municipais e das contribuições de melhorias.

Campos detém a centralidade da força da mão de obra para indústria do petróleo, posição que divide com Macaé. O setor comercial é diversificado e importante economicamente por absorver grande parte da força de trabalho local segundo o IBGE. O município recebe de toda região, estudantes, pela grande oferta de cursos universitários. Entretanto, apresenta deficiência no setor de infraestrutura e o saneamento básico é deficitário em várias localidades.

O município margeia o espaço do complexo industrial Farol/Barra do Furado onde estão sendo instaladas empresas do Setor Naval e Portuário, o que poderá representar impacto alto na expansão demográfica. A projeção do IBGE aponta para uma população de 750.000 no Município até 2025.

A tabela abaixo mostra a expansão populacional no Município de Campos dos Goytacazes nos períodos de 1970 à 2010:

Tabela 4 - Evolução da população rural e urbana residentes em Campos dos Goytacazes

População	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	142.724	145.184	64.442	42.818	44.980
Urbana	176.082	203.358	324.662	406.989	418.565
Total	318.806	348.542	389.104	449.807	463.545

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

O aumento populacional em Campos dos Goytacazes deu-se em primeiro momento pelas expectativas de oportunidades geradas pelos royalties. Verifica-se no ano de 2010 uma acentuada aceleração do crescimento populacional que se aprofundaria pela perspectiva criada para a implantação do Porto do Açú, projetado para situar-se no Município de São João da Barra, Distrito do Açú.

Ao surgir, o empreendimento gerou debates em todos os setores da sociedade pela expectativa inerente de uma atividade econômica que se afirmava promissora com perspectivas que se consolidaria a longo prazo, influenciaria e demandaria consideravelmente vários setores do Município de Campos dos Goytacazes. Da natureza do empreendimento o Complexo Industrial, Logístico Portuário do Açú (CLIPA) ainda se encontra em fase de implantação, com recurso predominantemente privado, o empreendimento passou por mudanças na composição acionária, mas manteve as características de se constituir em um novo vetor de desenvolvimento instalado neste município, de ser o maior porto industrial da América Latina. O Porto do Açú enquanto um projeto audacioso que inovaria o sistema portuário brasileiro.

O Município de Campos dos Goytacazes situado a 273 km da capital, a partir dos dados do IBGE (2010), afirma-se na condição propícia à atração de empresas que atraem mais negócios. O Município além de pertencer à bacia petrolífera do Brasil, possui alguns outros dados importantes como a demanda crescente comercial e industrial que desperta a cobiça do setor imobiliário da região, possui

aeroporto à 6 km do centro da cidade, indústrias, rede hoteleira e shopping centers. Também a projeção de instalação do estaleiro na localidade de Barra do Furado, no município de Quissamã, na divisa com Campos produto que surgiu das parcerias entre o grupo STX, governo Federal e Estadual, envolveu Campos dos Goytacazes pela questão locacional do complexo, que estará a 25km do Porto do Açú e terá ligação direta com o heliporto de Farol de São Tomé no município. Sua construção atenderá ao complexo offshore de produção de petróleo e implicará em impactos sociais e econômicos conforme estudos realizados por CRUZ (2012).

A prosperidade de tal empreendimento remete a região a um novo cenário, com as várias representações que se traduz na preocupação de Santos (1998), quando da remodelação do meio rural e urbano, por imposição do meio técnico e científico. O resultante é a geração de fortes mudanças na “composição técnica e orgânica do território”.

Por certo, esta face das mudanças, além da paisagem geográfica, logo será notória nas cidades da região, pela dinâmica das cidades, pelos modos de vida, vínculos sociais e culturais do povo, que se romperão, cedendo lugar ao crescimento, e a adequação aos novos propósitos do capital.

Neste sentido esta pesquisa objetiva investigar a partir dos royalties do petróleo e gás a influência dessa atividade em algumas dimensões sócioeconômicas para qualidade de vida nos dois municípios petrorrentistas, assim compreendidos pelo recebimento da renda do petróleo em função da proximidade das áreas de produção marítima: Macaé e Campos.

Intenciona-se identificar em cada Município separadamente os acessos aos bens e serviços relacionados à qualidade de vida, a partir da constatação da existência de recursos privilegiados, no caso das rendas petrolíferas.

4.4 Influência sobre indicadores de dimensão social e econômica no Município de Macaé e Campos dos Goytacazes, da conjuntura da economia do petróleo e das rendas petrolíferas

A avaliação da dimensão sócio econômica dos impactos da economia do petróleo sobre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes implica na escolha de indicadores sócio econômicos que marcam melhorias qualitativas. A mensuração envolve a dimensão econômica e os aspectos sociais.

Barros e Mendonça (1997) afirmam que embora amplamente utilizadas como indicadores de riqueza distribuída entre a população, medidas de referência agregadas como o PIB, mostra nas últimas décadas a distância existente entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais, sobretudo em países como o Brasil.

O PIB, de forma agregada, representa uma boa indicação de renda apropriada pela população residente, no entanto, analisando de forma desagregada, pode ocorrer que parte da renda seja utilizada para o benefício de indivíduos não residentes no município.

A partir do momento que órgãos oficiais disponibilizam informações que possam gerar indicadores da gestão dos recursos públicos, tornam-se maiores as possibilidades de avaliação de resultados de investimentos nos diversos setores para a população do município. Neste sentido, é cada vez maior o emprego de indicadores sócio-econômicos como um recurso metodológico para refletir os fenômenos sociais observados.

Para essa dissertação foram analisados dados referentes ao número de empregos formais, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, através dos seus indicadores – PIB per capita, educação, e longevidade – população, taxa de homicídios, índice de Theil, taxa de alfabetização, taxa bruta de frequência na escola, taxa bruta de ensino fundamental, taxa bruta de ensino médio e ensino superior nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé.

Em relação ao número de empregos formais, pode-se observar na tabela 3 que de acordo com o site do www.inforoyalties.ucam-campos.br, em 2000 havia 41.645 trabalhadores formais em Campos e 34.880 em Macaé. Já em 2010, o número de trabalhadores aumentou nos municípios, sendo que em Macaé triplicou. O site não trouxe dados referentes aos anos de 1980 e 1991.

Com a chegada de empresas ligadas as áreas de petróleo e gás, a procura de emprego aumentou nos dois municípios, principalmente por pessoas vindas de outros estados brasileiros.

Tabela 5 – Número de empregos formais

Municípios	Nº empregos formais			
	1985	1990	2000	2010
Campos	46.309	48.616	41.645	69.957
Macaé	18.283	23.759	34.880	105.927

Fonte: www.inforoyalties.ucam-campos.br

Nesse site não estão disponíveis os anos de 1980 e 1991

MTE- Relatório Anual de Informações Sociais

A tabela 6 traz o Índice de Desenvolvimento Humano/Município e Renda Per Capita dos municípios em estudo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o IPEA, o município de Campos dos Goytacazes, em 1980 tinha o índice de 0,641 e em 1991, 0,649. Já o Município de Macaé em 1980 apresentava um índice de 0,690, passando em 1991 a 0,722.

Segundo o IBGE, o percentual do crescimento de IDHM em Campos, no período de 1991 a 2000 foi de 9,6 enquanto a média dos municípios do Estado do Rio de Janeiro foi apenas 2,5. Em Macaé no período de 2000 o IDHM foi de 0,77.

Dados do SEBRAE revelam que o Município de Campos dos Goytacazes tem o IDH médio que o coloca em 54^a posição dentro do IDH Estadual e para o Município de Macaé a posição é a 17^a conforme critério do IDH Estadual.

O nível de qualidade de vida é medido por alguns fatores como os tratados nesse estudo, além de outros como acesso a alimentação, aos serviços de utilidade pública básico, sendo ampliado pela incorporação de outros aspectos como a liberdade política, igualdade de gênero, de raça, religião, dentre outros.

Sendo o IDH, na elucidação de Potyara (2011, p. 62):

que o acesso a renda é apenas um dos componentes do desenvolvimento, e não consiste em um fim em si mesmo, mas um meio de adquirir bem estar humano, que inclui uma vida prolongada, conhecimento, segurança pessoal, participação cumulativa e direitos humanos garantidos...o desenvolvimento humano é entendido pelo PNUD como processo de ampliação de oportunidades no qual as pessoas possam desenvolver todos os seus potenciais.

A renda per capita é o indicador básico utilizado para o requisito vida decente. Vida decente ou qualidade de vida, é um componente chave do IDH e de difícil medição, por requerer dados sobre acesso à terra, ao crédito, à renda e outras variáveis das quais as informações são escassas.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano/Município

IDHM			
Municípios	1980	1991	2000
Campos	0,641	0,649	0,693
Macaé	0,690	0,722	0,770

Fonte: www.pnud.org.br

Nesse site não estão disponíveis os dados de 2010.

A educação se traduz em um elemento básico na promoção de distinções qualitativas entre as pessoas. O grau de escolarização é apontado em projetos e estudos como um dos condicionantes que definem os maiores ou menores níveis do padrão de vida. Dessa forma, entende-se que a educação é essencial como agente transformador da realidade de vida de qualquer sociedade. Como determinante para a evolução e desenvolvimento dessa dimensão que é educação básica, os recursos dos royalties em seu propósito prioritário constitucionalmente se destinam à educação.

Verifica-se a evolução da política pública de educação na Tabela 5, onde revela os Indicadores Utilizados no IDHM referentes às taxas de alfabetização, taxa bruta de frequência à escola, taxa bruta do ensino fundamental, taxa bruta do ensino médio e taxa bruta do ensino superior. O site www.pnud.org.br não trouxe dados de 2010, mas de acordo com o Microdados dos Censos Demográficos, em 1980, a taxa de analfabetos em Campos era de 22,5 % e em Macaé 22,8%. A fonte pesquisada não trouxe detalhes referentes às outras taxas da tabela.

Os dados sobre a alfabetização são considerados como o reflexo do acesso à educação, não está sendo traduzido o grau de conhecimento. Este depende de uma variedade de indicadores dos níveis mais elevados de escolaridade e de aquisição de conhecimentos.

Sobre o ensino fundamental no Município de Macaé, o portal Macaé cidadão informa que anualmente 3.000 (três mil) vagas são abertas na rede pública de ensino para responder a demanda da cidade. São 113 unidades municipais de ensino das quais 34 funcionam em tempo integral.

Este setor é um dos maiores setores de demandas por investimentos públicos. A educação de nível superior nos municípios recebedores de royalties, como Campos dos Goytacazes e Macaé, tem ganhado atenção adicional da administração pública, com a criação dos programas municipais de bolsa de estudos

e transportes coletivos. Com isso os munícipes são oportunizados a frequentarem as universidades que cada vez mais aumentam as ofertas de cursos voltados para o mercado local com preponderância no setor de petróleo e gás. Macaé oferta um total de 35 cursos superiores. Construiu a cidade universitária que abriga três faculdades públicas, UFF, UFRJ e a FeMass que é Municipal e gratuita.

A taxa bruta de ensino superior para Campos dos Goytacazes nos anos de 1991 a 2000 apresentou crescimento dobrado. Para a mesma avaliação, Macaé também teve seu indicador de educação dobrado. Pode-se atribuir a elevação dessas variáveis aos recursos dos royalties que abasteceram os cofres públicos desses Municípios, que convergiram em possibilidades para os investimentos nessa dimensão.

A oferta de cursos em Campos é diversificada seguindo a lógica do mercado offshore aumentando o número de faculdades existentes, passando a ser considerada uma cidade universitária. O município atrai estudantes de vem em busca dos mais variados cursos de uma formação superior. Ao analisar a tabela, vemos tal afirmação, enquanto a cidade de Macaé concentra 17,01, Campos possui 19,15.

Tabela 7 - Indicadores utilizados no IDHM - educação

Indicador	Taxa de alfabetização		Taxa bruta de frequência à escola		Taxa bruta ensino fundamental		Taxa bruta ensino médio		Taxa Bruta ensino superior	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Município										
Campos	84,86	89,92	64,55	80,40	99,87	22,89	45,64	76,22	9,47	19,15
Macaé	87,40	92,12	66,89	82,34	104,50	121,41	40,80	94,16	8,63	17,01

Fonte: www.pnud.org.br

Referente ao indicador de esperança de vida ao nascer, da tabela 8, Campos apresentava, em 1980, um índice de 54,40; em 1991, 62,52 e em 2000, 66,80. Podemos observar, através destes dados, um crescimento na expectativa de vida de mais de 10%.

O Município de Macaé apresentou em 1980, um índice de 56,67; em 1991, 64,75 e em 2000, 67,63. Em Macaé, observa-se também um crescimento em torno de 10% no índice da expectativa de vida.

Este aumento da esperança de vida ao nascer, pode estar associado diretamente à melhoria da qualidade de vida causada pelo evento dos recebimentos

dos royalties do Petróleo. Esse é o indicador principal da longevidade segundo o relatório do PNUD, visto que valoriza o benefício de uma vida prolongada, determinado pelos fatores geradores de qualidade de vida.

Campos dos Goytacazes possui o maior indicador de mortalidade infantil da região, o índice de óbitos a cada mil nascimentos é de 19,55, enquanto a taxa média do Estado do Rio é de 13,95. Campos supera os índices do Estado e a taxa média Brasileira que é 13,85 para esse indicador, segundo o IBGE.

As tabelas abaixo indicam uma série de variáveis vista no IDH dos Municípios:

Tabela 8 – Indicadores de longevidade e mortalidade

Esperança de vida ao nascer			
	1980	1991	2000
Campos	54,40	62,52	66,80
Macaé	56,67	64,75	67,63

Fonte: www.pnud.org.br e www.ipea.gov.br

A tabela 9 aponta PIB per capita a partir da década de 90, 2000 e 2010, traduzindo a influencia dos royalties nos Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé. Os Municípios tiveram aumento significativo no PIB per capita que triplicou da década de 90 para o ano de 2010.

O IBGE revela que o Município de Macaé tem o oitavo maior PIB do Brasil em decorrência do incremento do setor de equipamento para a exploração do petróleo e o aumento no preço do barril do mineral. Toda essa dinâmica do setor, lançou a cidade de Macaé da 55^a posição para o oitavo lugar no ranking de participação dos Municípios de menores portes no produto interno bruto (PIB) do País, a partir de 2003. Desde o final da década de 90, Macaé dentre as cidades brasileiras, ganhou importante relevância no PIB e está entre o seleto grupo dos 10 Municípios que concentram 25% de toda riqueza do país.

Em destaque nessa variável, também se encontra Campos dos Goytacazes que nesse período de 2003 ocupa a sexta colocação no PIB per capita. Entre 2007 e 2008 o Município expressa grande ganho de participação percentual no PIB ficando entre os Municípios com 0,5% do PIB Nacional, conforme apontamentos do IBGE. O

Instituto esclarece que este cenário se deve à alta do preço do petróleo em reais, e o aumento da produção de petróleo e gás natural.

Tabela 9 - PIB Per capta

PIB Per capta			
Municípios	1991	2000	2010
Campos	190,56	247,2	653,81
Macaé	295,34	392,94	1047,01

Fonte: www.pnud.org.br

A tabela 10 leva em conta dados de homicídios nos dois Municípios no período de 2000 a 2010 por 100 mil habitantes. Os dados do IPEA revelam nesse período (2008) um índice alto de homicídios concentrados no interior do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a região de Macaé. O crescimento desordenado da região em função da atividade de exploração de petróleo da Bacia de Campos tem sido reconhecido enquanto o elemento causador dessa estatística.

Nesse período, precisamente no ano de 2007, Macaé foi apontada como a décima cidade mais violenta do País e ocupou a quinta posição em taxa média de homicídios de jovens, colocação que em 2011 passou a 150^a. Esses dados se constituem num produto da terceira edição do Mapa da Violência no Brasil, elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) que divulga também a comparação da taxa média atual de 50,9 homicídios, com a anterior de 186, por ano.

Campos dos Goytacazes apresenta elevação nesse índice com 37,1 em 2000, para 41,6 em 2010.

Tabela 10 - População, homicídios e taxas de homicídio (em 100 mil habitantes)

Município	População		Homicídios		Taxas	
	2000	2010	2000	2010*	2000	2010*
Campos	406.989	463.731	151	193	37,1	41,6
Macaé	132.461	206.728	82	107	61,9	51,8

Fonte: Mapa da Violência - SI/SVS/MS. *2010=Dados preliminares.

O índice de Theil da tabela 11, utilizado para medir a distribuição de renda e a desigualdade socioeconômica, é uma unidade estatística que representa para o

Município de Campos dos Goytacazes uma ordem crescente dos anos 80 a 91, que declina na década seguinte, conforme dados do ano 2000. Em 2000 os índices de desigualdades superam a década de 80 e retrocedem na década de noventa.

Esse fenômeno ocorreu também para o Município de Macaé. O índice de desigualdade eleva-se em 91 e declina em 2000, conforme visualização da tabela abaixo:

Tabela 11 – Índice de Theil

UF	Município	1980	1991	2000
RJ	Campos	0,48	0,69	0,570
RJ	Macaé	0,53	0,61	0,546

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

*Nesse site, o índice de Gini está disponível, apenas para o estado do Rio de Janeiro e, ainda, não constam os anos de 2010.

Dentre as dimensões tratadas nesse estudo está a de infraestrutura, que é compreendida enquanto uma importante alavanca para a qualidade de vida humana. É composta por um conjunto de variáveis, algumas presentes nesse estudo que repercutem nas condições a um meio ambiente saudável e pressupõe instalações e recursos elementares e prioritários aos maiores níveis de bem estar para a sociedade.

A rede de abastecimento de água de acordo com a tabela 12, aponta um crescimento pouco significativo para os dois Municípios, da década de 90 até o ano de 2000. O indicador não apresenta uma abrangência desse serviço para as comunidades de Campos dos Goytacazes e Macaé na sua totalidade, esse entendimento surge a partir do paralelo que se estabelece entre os serviços públicos ofertados e o crescimento populacional identificado nesses anos, que tem acarretado a formação de outros bairros, que se ampliam, carentes de infraestrutura básica como ocorre em Macaé, causado pela forte migração.

Campos ainda, apresenta um percentual de domicílios que utiliza formas de abastecimentos inadequadas, através da utilização de poço ou nascente, como também a água de chuva.

Tabela 12 - Abastecimento de água

Abastecimento de água rede geral %			
Municípios/Anos	1991	2000	2010
Campos	65,58	67,73	92,9
Macaé	83,25	89,39	65,95

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010

A tabela 13 mostra que houve uma maior cobertura do serviço de coleta do lixo nos Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, da década de 90 até 2010, porém os números não se apresentam de forma muito significativa, em face à expansão demográfica e o aumento populacional constantes nesses municípios, fatores que se constituem em elementos geradores de ampliação de demanda por esse serviço.

Em 2010 o índice de coleta de lixo para Campos foi de 98,6 do total de domicílios. Era realizado diretamente por serviço de limpeza e em uma pequena parte por caminhão caçamba.

Tabela 13 – Coleta de lixo

Coleta de lixo direta %			
Municípios	1991	2000	2010
Campos	65,37	86,09	98,6
Macaé	76,75	91,84	57,16

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

A rede geral de esgotamento sanitário foi ampliada dos anos de 1991 a 2010 conforme tabela 14.

À medida que ocorre a expansão populacional os serviços essenciais sofrem acréscimos relativos às novas demandas que se apresentam. Para Campos dos Goytacazes o IBGE aponta que esse crescimento não acompanha a dimensão da necessidade apresentada na realidade local. O mesmo ocorre com Macaé, que apresenta déficit desse serviço nos diversos bairros.

Os indicadores de saneamento básico do Município de Campos dos Goytacazes são considerados péssimos, pois apenas 50% dos domicílios tem saneamento adequado. Já para o Município de Macaé houve uma queda no índice de saneamento adequado entre os anos de 2000 a 2010, passando de 78% à 70%,

assim apontam os estudos da Macroplan (consultoria em Prospectiva, Estratégia e Gestão) que ainda revelam o destino de 90% do esgoto da cidade, o qual estaria sendo despejado na forma in natura no rio Macaé e no Mar, local de flutuação das plataformas da Petrobrás.

Segundo site da Prefeitura Municipal de Campos (2012) o Município “é o primeiro do Estado do Rio de Janeiro a não lançar esgoto in natura no rio Paraíba do Sul e o terceiro do Estado em investimentos em saneamento básico, perdendo apenas para a capital e Niterói”. Foi implantada no município no ano de 2012 a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Paraíba) na localidade do Matadouro. A medida vinculou as áreas de gestão como: Meio Ambiente e Saúde para garantir melhor qualidade de vida à população campista.

Em 2007, os usuários de serviços de água e esgoto passaram a ter seus direitos assegurados pela Lei de Saneamento Básico. Essa legislação prevê a universalização dos serviços de abastecimento de água e tratamento do esgoto, visando garantir a saúde da população.

Tabela 14 – Esgotamento sanitário

Esgotamento sanitário rede geral %			
Municípios	1991	2000	2010
Campos	26,99	34,64	85,1
Macaé	63,67	66,58	56,45

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

A tabela 15, reflete em demonstrativo do pagamento dos royalties aos Municípios produtores de petróleo e gás. Os valores repassados aos cofres públicos aumentaram substancialmente de 2000 à 2010. Esses valores são proporcionais à produção e exploração de petróleo e gás natural dos poços na Bacia de Campos, acrescidos de participação especial.

Tabela 15 - Valores orçamentários

Valores de royalties do petróleo e gás da bacia de Campos						
Municípios	2000 corrente	2000 Real	2000 Per capita	2010 Corrente	2010 Real	2010 Per capita
Campos	48.460.781,43	115.679.149,06	285,36	482.061.749,01	554.859.645,64	1.196,99
Macaé	67.461.252,65	181.675.374,91	1.350,96	356.017.093,5	422.003.491,51	2.041,15

Fonte: www.inforroyalties.com.br - Acessado no dia 29 de janeiro de 2013.

O município de Macaé é o segundo no Estado do Rio de Janeiro em volume recebido de royalties que dividido pelo número de moradores, ocupa o sexto lugar em royalties per capita. Macaé em valores correntes de royalties dos anos de 2000 para 2010 sofreu elevação de 240.17%.

Para Campos dos Goytacazes os valores correntes de royalties do petróleo dos anos de 2000 para 2010 representaram elevação de 233,61% ao orçamento público do município, o que significa uma posição de liderança no ranking das que mais arrecadam royalties em valores absolutos e a segunda cidade com a maior dependência dessa receita. A indenização recebida pela exploração do petróleo no Município, representa 60% da receita corrente, segundo a quarta edição do anuário de finanças dos Municípios Fluminenses.

Entre 2000 e 2010 o repasse para Campos dos Goytacazes de royalties real foi de 641,86% e para Macaé 766,68%. Já para os valores per capita nesse mesmo período para Campos foi 406,6% e para Macaé foi 654,07%, conforme tabela 9.

Legalmente, os royalties devem ser aplicados nos serviços e políticas públicas essenciais a qualidade de vida das populações, dentre estas está a política pública de saúde onde o investimento do Município de Macaé superou a determinação constitucional de 15%, gastou em 2011 22,7% da sua receita, o que não garantiu ao Município uma nota superior à alcançada de 4,5 no índice de desempenho do sistema único de saúde (Idsus), pontuando em baixa, o segundo maior Município da região.

O mesmo aconteceu com Campos dos Goytacazes, segundo a mesma pesquisa da Macroplan o Município destinou em 2011 ao setor de saúde 38% de sua receita, que pela obrigatoriedade constitucional seria 15%. No entanto, o alto investimento não garantiu ao município melhor posicionamento do Índice de desempenho do sistema único de saúde (Idsus), Campos recebeu nota 5,3 menor que a média Nacional 5,47e ficou em 17ª posição no Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se na perspectiva da qualidade de vida que os recursos dos royalties em sua destinação obrigatória não cumprem sua função efetivamente, embora tenha ocasionado melhorias para as cidades beneficiárias em seus aspectos estruturais.

5 CONCLUSÃO

A partir da década de 1990 elaboram-se diversos modelos conceituais que referenciam a qualidade de vida e cada campo conceitual define-se por sua identidade técnica (determinantes sociais e econômicas). Este trabalho como outros existentes, apresenta-se enquanto uma intenção de investigar os investimentos dos recursos públicos advindos de fontes findáveis, em áreas que contribuem para a qualidade de vida das sociedades dos Municípios escolhidos, Campos e Macaé.

Com a apresentação dos dados referentes às dimensões estudadas, intenta-se contribuir para o aprofundamento da questão da melhoria da qualidade de vida nas cidades Macaé e Campos dos Goytacazes, contempladas com as rendas petrolíferas. Cabe ressaltar que os dados não foram estudados em sua totalidade, pois como pontua Jannuzzi:

é fato que o elenco de indicadores sociais disponíveis está limitado, *a priori*, pelas características e disponibilidade das estatísticas sociais e demográficas levantadas. Os indicadores sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas...Cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, da qual trazendo elementos e subsídios distinto para o bom encaminhamento do processo. (JANNUZZI, 2009, p. 31, 32).

O autor considera que os indicadores de dimensões sociais e econômicas em seus valores utilitários orientam as análises de forma competente, contribuindo para a formulação e a implementação das Políticas Sociais, desde que sejam bem aplicados, servindo também de motivação e instrumento para pesquisadores. Dessa forma, pela utilização dos indicadores selecionados, propõe-se essencialmente apoiar debates que mobilizam a sociedade, as instituições públicas e privadas e todas as instâncias interessadas na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

As variáveis associadas à Qualidade de Vida dos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes apresentadas nesta pesquisa trazem uma importante reflexão acerca do papel das políticas públicas na relação entre o cidadão e seus direitos constitucionais que estão sob a incumbência do poder público local. Nesse sentido Campos dos Goytacazes apresenta deficiências claras na infraestrutura composta pela rede de esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água, exigindo maior atenção e investimentos do poder público ao enfrentamento desse problema.

A medida em que aumenta a taxa de crescimento populacional, o índice de homicídio não diminui em Campos. E Macaé que em termos proporcionais aos grandes centros, se destacou negativamente no cenário Nacional, mas obteve uma redução desse índice em 2010, o que não significa redução da atenção que essa problemática requer das esferas públicas e órgãos competentes, pois os números ainda são preocupantes.

Também chamou a atenção os dados em relação a coleta de lixo e ao saneamento básico. As cidades investiram na coleta, sem atentar-se a um dos fatores importantes responsáveis pela qualidade de vida, a oferta de saneamento básico. Em 2000, apesar do aumento no investimento do esgotamento sanitário, alguns bairros da cidade de Campos dos Goytacazes ainda possuíam fossas. As famílias estavam condicionadas a conviver com a falta de saneamento expondo-se aos riscos com a saúde numa condição de vida totalmente insalubre. Mesmo que tardiamente, o município apresenta avanços, onde em 2007, os usuários dos serviços de abastecimento de água e da rede de esgoto tiveram seus direitos assegurados pela Lei de Saneamento Básico, pois é dever do município garantir o saneamento básico para toda a população local; assegurando o saneamento, garante-se também uma saúde de qualidade para todos.

Os valores de royalties do petróleo e gás disponibilizados às duas Prefeituras dos Municípios estudados despertam à cobiça Nacional e não garantem a efetividade das políticas públicas na promoção da QV dos munícipes. Contudo, afirmam-se enquanto geradores de oportunidades, conforme expressa o quadro dos empregos formais gerados, que se originam de forma direta e indireta da atividade petrolífera.

Se destaca nessa pesquisa, os números de empregos formais apurados entre os anos de 1985 e 2010 nas duas cidades, principalmente em Macaé. Há um aumento do emprego formal, caracterizado pela utilização de mão-de-obra diversas atraídas pelos salários ofertados também pelas empresas multinacionais e as que atuam na extração do petróleo no município, pela Petrobrás S/A e terceirizadas do setor offshore. Esses trabalhadores diversos ocupam os mais variados postos de trabalhos, sobretudo os mais exigentes em qualificação, pela falta de disponibilidade de mão de obra local especializada. Observa-se por meio da dimensão social – educação que os royalties propiciaram ao município realizar investimentos em cursos técnicos e universitários, integrado a um programa de bolsa de estudos,

facilitando ao munícipe as perspectivas para galgar os cargos que são oferecidos nas grandes empresas instaladas no município. Os dados indicam forte crescimento nas taxas do ensino médio e superior.

Descortina-se neste cenário, o fenômeno do crescimento econômico e suas implicações para a população de Macaé. Este ao acontecer de forma abrupta e acelerada, colocou comunidades inteiras para residir nos arrabaldes da cidade, que inseridos na atividade econômica informal vão aumentando substancialmente seu empobrecimento, tornando-se uma população sobrando de todo crescimento econômico da cidade. Este público torna-se alvo dos programas de assistência Social, pela baixa escolaridade ou por não estarem empregáveis diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho. E como resultante, obtêm-se a persistência das desigualdades sociais que se tornam cada vez mais ameaçadoras.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, apesar do grande crescimento do emprego formal, este passou a ser mais numeroso em Macaé, que tem menos da metade da população de Campos. O fluxo de estudantes que são atraídos pelas ofertas de cursos universitários instalados na cidade também contribui para o aquecimento da economia local, uma vez que, com a chegada desses estudantes, movimenta-se também o setor imobiliário e de alimentação, além de outros serviços.

Na educação apesar de ter havido melhorias nas taxas do ensino superior e médio, Macaé tem índices melhores do que Campos neste último.

Observou-se ainda com este estudo, que os royalties do petróleo não contemplam na proporção do seu volume as populações locais em suas necessidades condizentes com a qualidade de vida, valorização das potencialidades humanas e tão pouco em sua função de justiça intergeracional. Os governos Municipais aplicam os royalties sem o comprometimento com os resultados para o desenvolvimento sustentável das cidades. Assim, verifica-se que permanece uma dívida social crescente nesse país, que as pessoas continuam vivendo, em sua maioria, à margem da sociedade.

Por fim, diante de toda essa análise, espera-se que autoridades e representantes dos governos municipais e estaduais e instituições partícipes do desenvolvimento dos dois municípios em questão, possam utilizar os recursos dos royalties do petróleo para projetos ou programas que possibilitem a qualidade de vida para toda a população, contemplando o seu princípio maior, o da intergeracionalidade, pois o petróleo é findável e não renovável e os royalties se

constituem numa forma de compensação financeira pela exaustão dos recursos minerais e pelas “agressões” ambientais provocadas pela exploração de petróleo e gás na região da Bacia de Campos.

Quanto aos valores correntes dos royalties, justifica-se a denúncia acerca da má aplicação das rendas públicas (royalties e participações especiais) referentes à exploração e produção de petróleo e gás na bacia de Campos. Comprova dessa forma as fragilidades nas regras para a aplicação desses recursos nos municípios, assim como os mecanismos de controle e fiscalização.

Questionar acerca da eficácia das políticas públicas ao bem estar social a partir dos royalties e a criação de fundos com as rendas petrolíferas, conforme lei de Hotelling (conceito criado para as rendas dos recursos minerais ao seu custo de uso) que prevê às futuras gerações pode equivaler à indagação sobre as estratégias de desenvolvimento local.

Concluiu-se que apesar das cidades de Macaé e Campos serem fartamente beneficiadas com os royalties, ainda há muito por fazer no que se refere ao alcance dos níveis desejáveis de qualidade de vida das populações. Com a exploração do petróleo em seu território, os municípios da região Norte Fluminense sofreram fortes impactos sociais e ambientais de caráter irreversíveis, conforme colocados na realidade de Macaé onde está a base operacional da Petrobrás com as atividades de prospecção e de produção, ocasionando maior impacto e de forma direta. Locais que antes serviam para o lazer das famílias Macaenses se tornaram “abrigos” para as bases de exploração de petróleo e gás, subtraindo da identidade, dos valores culturais, do patrimônio ambiental, como a praia de Imbetiba que servia para o lazer dos moradores e turistas. Macaé perdeu suas características de pequena, de interior e passou a ser considerada como “cidade média”. Campos que já era cidade média ganhou ainda maior projeção pela localização no centro da maior região produtora de petróleo do país.

Finalmente, observou-se dos resultados obtidos nesse estudo a necessidade de pesquisas relacionadas aos mecanismos de superação das persistentes desigualdades sociais que assolam as populações das cidades estudadas. É preciso considerar o histórico sócio econômico da região norte fluminense. A indústria sucroalcooleira foi superada como todos os demais ciclos que construíram a história da economia regional e deixou profundas marcas na realidade dessas sociedades. Marcas que se converteram na exclusão social de comunidades inteiras, requerendo

estudos específicos para que sejam identificados com base na realidade, os caminhos para sua reversão a partir das políticas públicas, do grau de dependência que este conjunto da população possui da política de assistência social.

Logo, este estudo como tantos outros, pretende ser mais um subsídio, que permite maior visualização do impacto das políticas públicas por meio de indicadores socioeconômicos e a influência sobre as condições de vida das populações das duas cidades petrorrentistas do norte fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade Brasileira. **Políticas & Trabalho**: revista de ciências sociais. João Pessoa, n. 34, p. 37-106, Abr. 2011. Disponível em: <<http://ies.ufpb.br>>

ALVES, J. F. **Metrópole cidadania e qualidade de vida**. 13. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo e outras providências **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 agosto de 1997. Seção 1, p. 16934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**: RAIS 2010. Brasília, 2011. Disponível em:<<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 17 Agosto de 2011.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO – Fundação CIDE. **Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2006**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/>>

CRESCIMENTO constante. **O Dia**. Rio de Janeiro, 25 de jun. 2003. Macaé, Economia & Serviços, p. 19.

CRUZ, J. L. V. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Vértices**. Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1, p. 31-61, 2012. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br>>.

_____. A Região Norte Fluminense como objeto de estudo. In: GEO CAMPOS, 2. **Campos olhar geográfico do local global**. ENCONTRO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA, Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: <<http://geohistorica.files.wordpress.com>>. Acesso em 2012.

FERNANDES, E. **Legislação planejamento e gestão urbanístico-ambiental nos municípios**: um marco teórico. Belo Horizonte: [s.n.], 2000.

FGV; INSTITUTO GALLUP. **Centro de Políticas Sociais**. 2012 Disponível em: <<http://cps.fgv.br/>>. Acesso em 24 maio 2012.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUTMAN, J.; LEITE, G. **Aspectos legais da distribuição regional dos royalties**. In: PIQUET, R.. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

HERCULANO, S. C. A. Qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, ano 1, n.2, p. 77-99, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPEA. **Índice de desenvolvimento Humano – IDH**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.

MAGALHÃES, L. M. S. **Lazer e qualidade de vida**: uma leitura de Belo Horizonte. In: CONGRESSO MUNDIAL DO LAZER, 5., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SESC, 1998.

MARQUES, M. A. **Qualidade de vida no município de Macaé-RJ**: análises por geoprocessamento. 2008. 299f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade**: como ter trabalho e remuneração sempre: o caminho das pedras. 21. ed. São Paulo: Ed. Gente, 1995.

MONIÉ, F. **Petróleo, industrialização e organização do espaço regional**. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (NEPAM). Niterói, 1998. 77p. Disponível em: <<http://WWW.UFF.br/lacta/publicacoes/nepamqv.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2012.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

O BRASILEIRO é feliz, será que isso é bom? **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 24 maio de 2012. Caderno Economia. p.30.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PIQUET, Rosélia. A Cadeia produtiva de petróleo no Brasil e no Norte Fluminense. In: **Anais. III ENCONTRO DE GEOGRAFIA, 3. SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS. CAMPOS, 6., . 2010, Campos dos Goytacazes. Anais...** Campos dos Goytacazes: IFF, 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br>>

POSTALI, F. A. S.; NISHIJIMA, M. **O Retorno social dos royalties do petróleo nos municípios brasileiros**. Niterói: ANPEC, 2008.

POTYARA, P. **Necessidades humanas**: subsídio à crítica dos mínimos sociais. 6. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Lisboa: Trinova, 2000

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina. Departamento de Ciências de Administração, 2009. 130 p.

SANTINI, R. C. G. **Dimensões do lazer e da recreação**: São Paulo, Angelotti, 1993.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Informações Socioeconômicas do município de Macaé**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br>>. Acesso em 2011.

_____. **Informações socioeconômicas do município de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br>>. Acesso em 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, R.V. Desenvolvimento espacial da exploração e produção de petróleo no Brasil: em busca de um nexo para a distribuição de royalties entre Municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 10., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2003. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em 2012.

_____. O sequestro das rendas petrolíferas pelo poder local: a gênese das quase sortudas regiões produtoras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v.9, n.1. 2007.

SOUTO, R. D. **Atlas de Indicadores de Sustentabilidade para os municípios costeiros do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.vides.org/atlas/>. Acesso em 10 maio 2011.

SOUZA, A. (Org.). **Qualidade de vida urbana**: introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SOUZA, A. O uso do tempo como medida da qualidade de vida urbana. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, v.6 n.1, p. 51-75, jan./mar. 1972.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do Espaço para o Desenvolvimento Social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jul./dez. 1997.

TORRES, A. C. R. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v.9, n.2, nov. 2007. Disponível em: <http://www.Anpur.org.br.sat_revistas/>. Acessado em: 24 maio 2012.

APENDICE 1 - INSTRUMENTOS LEGAIS

A nível nacional e local o conceito de qualidade de vida é referenciado pelas Legislações, onde a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores e as Leis Orgânicas Municipais, serão em partes descritos nessa seção por se constituírem nos principais instrumentos legais e balizadores dos direitos humanos e princípios democráticos.

A Constituição Federal de 1988 define os direitos sociais básicos do cidadão brasileiro, e a atribuição do Estado de intervir na ordem social para assegurar os critérios de justiça e de desenvolvimento, com supremacia ao princípio de liberdade.

Art.1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito... (BRASIL, 1988).

O art. 1º tem como fundamentos os incisos II – a cidadania e III – a dignidade da pessoa humana, acrescentando nos artigos 3º, inciso III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e no artigo 6º, dos Direitos sociais - a educação, saúde, trabalho, segurança e outros que formam o conjunto dos elementos essenciais à equidade social e a qualidade de vida, constante nos instrumentos legais enquanto prioridade da ordem dos investimentos públicos.

A Lei Orgânica do Município de Macaé, aprovada em 05 de abril de 1990 (Macaé,1990), é o instrumento que rege a gestão municipal e mais especificamente, em seu artigo 180 determina quanto a assistência social:

Artº 180 ...regulamentação das políticas sociais em todas as áreas. Cria o Plano de assistência social no Município que tem por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social.(MACAÉ, 1990).

Todos os direitos dos Munícipes são tratados nessa importante ferramenta de gestão. A educação traduzida no Artº 186, inciso I, é um direito de todos, dever do Município e da família que visa o pleno desenvolvimento da pessoa e a formação do cidadão.

A Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, aprovada em 28 de março de 1990, em seus artigos 157 define quanto à responsabilidade do Município a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica e no 170 aponta a política de desenvolvimento urbano:

Artº170. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder municipal, atenderá às funções sociais da cidade, compreendida como direito de todo cidadão de acesso à moradia, saneamento básico, saúde,

educação, coleta de lixo, segurança...(CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1990).

Todos esses instrumentos legais, em suas diretrizes gerais, normatizam a ordem pública e os interesses sociais para os efeitos de assegurar o bem estar da coletividade e do ser individual.

Outra lei que dispõe sobre a execução da política urbana é o Estatuto da Cidade, uma lei federal brasileira que regulamenta o artigo 182 da Constituição Federal de 1988. Nesse artigo está atribuída ao Município à responsabilidade da execução da política urbana que deve garantir as “funções sociais da cidade”, o que contempla a moradia, a infra-estrutura urbana, o saneamento ambiental, a cidade sustentável e o “desenvolvimento dos cidadãos”. O artigo 2º define as diretrizes a serem seguidas pelos municípios para elaborar a política urbana, todas elas voltadas para garantir cidades justas, “onde pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização”.

À luz de todo arcabouço jurídico que pautam as ações públicas associados aos tantos instrumentais legais, o que a realidade nos impõe é o crescente aumento das injustiças sociais e a precarização das políticas públicas. No caso dos Municípios petrorentistas aqui tratados, observamos no aspecto legal, a carência de maiores regras e fiscalizações na aplicação dos recursos, para os propósitos de melhores indicadores para a qualidade de vida. Assim, o que se apresenta são as prefeituras muito ricas e as populações muito pobres e desassistidas em suas urgências.

APENDICE 2 – IMAGENS TEMÁTICAS

Escola Municipal Lídia Leitão de Albernaz – Campos dos Goytacazes-RJ



Foto: Rodolfo Lins - 10/04/2014

Fonte: <http://www.campos.rj.gov.br>

Escola Municipal Sebastião Ribeiro de Deus - Campos dos Goytacazes-RJ



Foto: Secom - 06/02/2014

Fonte: <http://www.campos.rj.gov.br>

Imbetiba – Macaé-RJ – 1968



Imbetiba – Macaé-RJ – 2013

Área das instalações petrolíferas.



Plataforma da Bacia de Campos dos Goytacazes-RJ.



Fonte: www.petroleoetc.com.br

Porto do Açú – São João da Barra-RJ



Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/14547-porto-do-açu>

Lixão Macaé-RJ – 2012



Lixão Campos dos Goytacazes-RJ – 2012



Rede de esgotamento sanitário – Macaé-RJ - 2012



Esgoto a céu aberto – Macaé-RJ - 2012



Estação de tratamento sanitário – Campos dos Goytacazes-RJ - 2012



Rede de esgotamento de águas fluviais Campos dos Goytacazes-RJ - 2012

